

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE LETRAS**

**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E  
PRÁTICAS SOCIAIS**

**SANDRA MARIA DOS SANTOS**

*UM DEFEITO DE COR*

**DE ANA MARIA GONÇALVES**

**FICÇÃO, HISTÓRIA, ESPACIALIDADE E ESCRITURA NUM**

**ROMANCE AFRO-BRASILEIRO**

**BRASÍLIA**

**2014**

# **SANDRA MARIA DOS SANTOS**

**UM DEFEITO DE COR**

**DE ANA MARIA GONÇALVES**

**FICÇÃO, HISTÓRIA, ESPACIALIDADE E ESCRITURA NUM  
ROMANCE AFRO-BRASILEIRO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB.**

**Linha de Pesquisa: Teorias do Texto Literário.**

**Eixo temático: Formas, composição, seleção e recepção da narrativa literária: África, Brasil e França.**

**Orientador: Prof. Dr. Sidney Barbosa**

**BRASÍLIA**

**2014**

Santos, Sandra Maria

***Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves:*** ficção , história, espacialidade e escritura num romance afro-brasileiro / Sandra Maria dos Santos, Brasília, 2014.

Capa: Rosto de mulher africana. Retirado de: [www.imagensdemulheresafricanas.com](http://www.imagensdemulheresafricanas.com)

107 FLS.

Orientador: Professor Sidney Barbosa.

Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, 2014.

1-Romance brasileiro. 2 - Literatura Afro-Brasileira. 3 - Diáspora africana. 4 - Literatura e História 5- Espacialidade na narrativa

I. Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Letras. Programa de pós-graduação em Literatura, Brasília, 2014.

*Já choramos muito, muitos se perderam no caminho. Mesmo assim não custa inventar uma nova canção que venha nos trazer sol de primavera, abre as janelas do meu peito. (Beto Guedes)*

Dedico a Deus, Alá, Olodumaré, refúgio nos momentos de dor e certeza nos momentos de alegria.

A meus pais: Santina, porto seguro e fonte de fé, e Ananias, negro guerreiro, que sob sol escaldante e o cabo de uma enxada, à maneira dos velhos escravizados, resistiu bravamente, para que eu e meus irmãos pudéssemos chegar até aqui. Exemplos de luta e dignidade.

A meus irmãos Gildésio e Gilmar (*in memoriam*), que de algum lugar entre as estrelas comemorarão comigo essa vitória.

À minha irmã Georgina, pela alegria constante e por partilhar minhas conquistas como se fossem suas. Saiba que são.

A João Pedro, Fabiany Geovanna e Pedro Gabriel, meus sobrinhos queridos como uma opção (entre tantas) de caminho a ser seguido. Desejo que eles, negros que são, saibam que outra História, escrita por nós, está em permanente construção.

A todos vocês, dedico esta obra, que é mais um passo, na concretização de ações que contribuem para ressignificar o papel do negro na sociedade brasileira.

Agradeço ao Prof. Dr. Sidney Barbosa, meu orientador querido, pela companhia na caminhada, incentivando, corrigindo e ensinando, abrindo-me as portas de sua casa. Guia intelectual e exemplo de ser humano.

– À Prof.<sup>a</sup> Dr. Cristina Stevens, pela ajuda em momentos decisivos, por acreditar que, apesar das falhas iniciais, eu poderia aqui chegar, companhia desde a banca de seleção até o sublime momento de “dor e delícia” da apresentação.

– Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura pelas sementes plantadas, com suas disciplinas, palestras e eventos, em especial, à Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Laura dos Reis Correia, pela sensibilidade e disposição em ajudar.

– À Prof.<sup>a</sup> Dra. Kassandra Muniz, pela disposição em contribuir com minha caminhada intelectual e pessoal, no exame de qualificação.

– À Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Barbosa, pelo incentivo, pela ajuda na revisão e pelo carinho com que sempre me recebeu.

– Ao prof. Dr. René Marc da Costa Silva, de modo muito especial por ter-me ajudado a compreender o papel do negro na sociedade brasileira e a lutar para que essa situação se altere.

– Ao Idel, amigo-irmão, pela “força” nos momentos de dificuldades, por partilhar comigo as alegrias, dores e tristezas dessa vida.

Aos amigos conquistados ao longo do caminho, Cristina Maciel, Manoel Barreto, Jucelino de Sales, entre outros, que transformaram o dia a dia entre estudos e preocupações, em momentos de descontração e alegria.

– Às amigas e amigos da E.C. 22 do Gama, pelo carinho, preocupação e incentivo.

– Às amigas, amigos e colegas do C.E.M. 03 do Gama, os que permanecem, e àqueles que alçaram vôos para novas conquistas, pelo incentivo e pela confiança.

– À Vanessa Helena e Maria do Perpétuo Socorro, pela disposição e presteza em ajudar sempre.

– À Flavia Santos, amiga que mesmo distante, se faz presente.

– À Ritinha e sua família, pelas orações e coração aberto, sempre prontos a ajudar.

– À dona Lucélia (*in memoriam*) e a Vanda Célia, pelo carinho, preocupação e o sorriso aberto, exemplos de luta e fé.

– Aos familiares e amigos, pelo apoio, paciência, incentivo e orgulho por minhas conquistas.

– A todos vocês, meu muito obrigada.

*Quando não souberes para onde ir,  
Olha para traz e saiba pelo menos de  
onde vens. (Provérbio africano).*

### ***Caçador de mim***

*Por tanto amor, por tanta emoção  
A vida me fez assim  
Doce ou atroz, manso ou feroz  
Eu, caçador de mim  
Preso a canções  
Entregue a paixões que nunca tiveram fim  
Vou me encontrar longe do meu lugar  
Eu, caçador de mim  
Nada a temer  
Senão o correr da luta  
Nada a fazer  
Senão esquecer o medo  
Abrir o peito à força  
Numa procura  
Fugir as armadilhas da mata escura  
Longe se vai sonhando demais  
Mas onde se chega assim  
Vou descobrir o que me faz sentir  
Eu, caçador de mim.*

*(Milton Nascimento)*

## RESUMO

A presente dissertação objetiva dar visibilidade ao protagonismo feminino negro, no Brasil escravocrata do século XIX, presente na narrativa literária de nossa época, mediante a análise da obra metaficcional historiográfica *Um defeito de cor*, romance de Ana Maria Gonçalves, publicado em 2006, o qual estabelece um diálogo entre ficção e história. Desenvolvendo questões relacionadas à literatura, à história, à raça, gênero e à diáspora africana, busca-se demonstrar a importância das obras de literatura afrodescendente no Brasil, comprometidas etnograficamente com as relações raciais contemporâneas. A exemplo de *Um defeito de cor*, este trabalho foi escrito visando à releitura de aspectos da história oficial brasileira, a partir de outro olhar, não somente o do historiador comprometido com as questões hegemônicas, mas com uma visão crítica da historiografia e da literatura brasileira. É o olhar feminino e negro, que libera forças novas e faz ecoar a voz do subalterno num contexto tradicionalmente conservador. É a possibilidade de criação de um novo discurso constituidor de outra história, escrita pelos “ex-cêntricos” de nosso país, destoante do *status quo* intelectual vigente, mas caracterizando uma narrativa inseparável da vida e da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1-Romance brasileiro. 2- Literatura afro-brasileira. 3- Diáspora africana. 4- Literatura e História 5- Espacialidade na narrativa.

## **ABSTRACT**

The purpose of this thesis is to lend visibility to Black female protagonism in nineteenth century slave-holding Brazil and, present in our times in literary narrative. We analyze the work of meta-fiction, *Um defeito de cor* (A defect of color), a novel by Ana Maria Gonçalves published in 2006, which establishes a dialogue between fiction and history. Examining questions related to literature, history, race, gender and the African diaspora, we seek to demonstrate the importance of works of art by Brazilians of African descent, ethnographically committed to the issue of contemporary race relations. Following the example of *Um defeito de cor*, this paper was written with a view to a re-reading of aspects of official Brazilian history, from the viewpoint not only of an historian dedicated to questions of hegemony, but also of a critic of the historiography of Brazilian literature. It is the female and Black vision that releases new forces and gives ressonance to the voice of the underling in a traditionally conservative context. It is an opportunity to create a new discourse, constituting a new history written by the “ex-centric” of our country and critical of the prevailing intellectual status quo, but also characterizing a narrative which is inseparable from life and reality.

**KEYWORDS:** Brazilian fiction, Afro-Brazilian literature, African diaspora, literature and history, spaciality of the narrative



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CONHECENDO A NARRATIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>LITERATURA NEGRA OU AFRO-BRASILEIRA, DIÁSPORA, GÊNERO E RAÇA .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 Literatura ou literatura afro-brasileira? .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Diáspora negra .....</b>	<b>37</b>
<b>2.3 Estudos feministas e de gênero .....</b>	<b>42</b>
<b>2.4 Sororidade .....</b>	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>LITERATURA E HISTÓRIA – (RE)CONSTRUINDO A MEMÓRIA DOS AFRO-BRASILEIROS POR MEIO DA METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA .....</b>	<b>47</b>

<b>3.1 Estabelecendo vínculos .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2 Romance histórico .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 Metaficção historiográfica .....</b>	<b>54</b>

## **CAPÍTULO 4**

<b>LITERATURA E ESCRITURA EM UM ROMANCE AFRO-BRASILEIRO – DUPLA DISCRIMINAÇÃO FEMININA .....</b>	<b>61</b>
--	-----------

<b>4.1 Verossimilhança .....</b>	<b>61</b>
<b>4.2 Protagonismo feminino negro .....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 Espacialidade .....</b>	<b>70</b>
<b>4.3.1 Espaços da narração e espaços da narrativa .....</b>	<b>70</b>
<b>4.3.2 Espaço pós-moderno da narração .....</b>	<b>71</b>
<b>4.3.3 Espaço do navio e o seus sentidos .....</b>	<b>73</b>
<b>4.3.4 Terceira travessia: o local onde a historia começa e termina.</b>	<b>74</b>
<b>4.3.5 Espaços da narrativa .....</b>	<b>76</b>
<b>4.3.6 Da África ao Brasil: a travessia da aflição .....</b>	<b>77</b>
<b>4.3.7 Do Brasil à África – a travessia da libertação .....</b>	<b>80</b>
<b>4.3.8 Entre o espaço do mar e do navio a determinação dos destinos de todo um povo e de dois continentes.....</b>	<b>82</b>

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>86</b>
------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
--------------------------	-----------

<b>APÊNDICE – Sobre Luiz Gama .....</b>	<b>98</b>
---	-----------

<b>ANEXO A – Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça .....</b>	<b>99</b>
---	-----------

<b>ANEXO B – Foto: Milton Guran – Casas baianas em África .....</b>	<b>104</b>
---	------------

<b>ANEXO C – Sobrado coloniais em Porto Novo.....</b>	<b>105</b>
---	------------

<b>ANEXO D – Mapa da África Ocidental na atualidade .....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO E – Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

[...] a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. [...] Dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra “história”, por uma outra memória, que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade. (CHAUI, in BOSI, 1994, p. 33).

Deixe falar a história e ela nos dirá de vencedores e de vencidos.

Deixe falar a literatura e talvez se confirme o que diz a história, talvez não.

Deixe falar a memória e teremos o contraponto da história, a dimensão da violência ausente nos relatos dos vencedores, mas transmitida de geração em geração aos vencidos, por meio de estereótipos, preconceitos, violência e discriminação.

Hoje, no Brasil, reconhece-se o fato de sermos um país efetivamente desigual. Esse reconhecimento é perceptível nos discursos institucionais, nas teses acadêmicas, no cotidiano das pessoas e nas políticas públicas. Desigualdades de origem histórica e social, que se manifestam nas questões de gênero, no sistema carcerário, nas relações étnico-raciais, no trabalho, entre outras, e que se revelam principalmente nos números da violência, miséria e descaso.

Na questão étnico-racial, como em outras, essa percepção há muito se converteu em estatísticas, que pouco serviram para alterar a aviltante situação de abandono e injustiça vividos diariamente pelo seguimento afrodescendente da população brasileira.

Fundado e edificado por meio da violência do trabalho escravo, o Estado brasileiro tem uma dívida moral e social imensa com parte de sua população. São milhões de brasileiros historicamente discriminados, que respondem pelo nome de negros, vítimas de uma dívida que se inicia com os primórdios da colonização no século XVI e permanece

sem que tenha sido possível ainda saldá-la, nos encontrando já no século XXI. Segundo Flávia Piovesan,

[...] as violações, as exclusões, as discriminações, as intolerâncias, o racismo, as injustiças raciais são um construído histórico, a ser urgentemente desconstruídos, sendo emergencial a adoção de medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnico-racial. Há que se enfrentar essas amarras mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade da população afrodescendente. (PIOVESAN, 2005. p. 43).

A violência gerada pela escravização perpassa toda a vida desses considerados “cidadãos de segunda classe”, influenciando seu desempenho escolar, sua função no mercado de trabalho, o tratamento oferecido a eles pela polícia, suas condições de saúde e moradia. Para Jaccoud, pesquisadora do Ipea:

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensão e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), mostra que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. Seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, os negros se encontram submetidos às piores condições. Em algumas dessas dimensões, as variações observadas ao longo do tempo no sentido de uma redução das desigualdades mostraram-se modestas em alcance e lentas em sua trajetória. Em outras, as desigualdades não apenas continuam estáveis como até vêm se ampliando em alguns casos. (JACCOUD, 2008, p. 135).

Passada a escravidão oficial, iniciou-se a escravidão social. Milhões de pessoas abandonadas como marginais sociais criados, literalmente, pelo sistema institucional brasileiro, sendo o fenótipo considerado como meio de valorização ou negação de cidadania e nacionalidade. Ignoram-se todas as contribuições dadas pelos afrodescendentes e seus ancestrais ao que hoje se denomina nação brasileira. Mário Theodoro mostra que existe uma lógica nesse sistema de desigualdades,

[...] a ideologia do Brasil moderno, do progresso e do crescimento, não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre negro, grande maioria, de outro lado, a despeito desse mesmo discurso modernizante, a sociedade brasileira sempre tem convivido com a pobreza e com a

desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução. O Brasil, desigual em sua essência, precisa dos pobres e da pobreza. O dia-a-dia de nossa sociedade não prescinde dos serviços pessoais a baixo custo. Essa sinergia perversa vive até nossos dias. No país que convive e vive da desigualdade, o negro, ao perder o lugar central no mundo do trabalho, não deixou de exercer um papel social como o núcleo maior dos pobres, prestadores de serviços aos quais as classes médias recorrem ostensiva e sistematicamente. (THEODORO, 2008, p. 19).

Ao longo de cinco séculos, pode-se perceber que, no Brasil, alguns sempre foram privilegiados em detrimento de muitos outros. Percebe-se também que os mitos brasileiros são variados e belos. Mas, paralelos a eles, a realidade é triste e a miséria abrangente. Tem-se uma nação em que há brasileiros e “brasileiros”. Parafraseando o escritor George Orwell: “Todos são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”. (ORWELL, 1980, p. 128).

Na literatura, o caso não é diferente. Do mesmo modo, há brasileiros e “brasileiros”, brasileiros que têm solidamente o perfil de protagonistas e outros que são considerados sempre secundários, invisíveis ou inexistentes. É o caso dos negros e dos afrodescendentes em geral, pouco representados. Quando isso ocorre, é sempre de modo estereotipado, preconceituoso e no papel de marginais, delinquentes, meninos e meninas de rua e prostitutas.

A representação de negros, tanto na história quanto na literatura, se produz a partir dessas ideologias de dominação e superioridade do branco e da passividade e submissão do negro. Nas capas e dentro os livros que nos ensinam desde a infância a história do Brasil, deparamo-nos sempre com cenas repetidas exaustivamente de negros acorrentados, chicoteados e maltratados.

Acostumamo-nos, todos, a enxergar os negros do passado e do presente a partir dessa visão. Eles são tidos como seres monstruosos, deformados, caricaturados e assim eternizados em pinturas. Lembrados o são em textos como os excluídos da história. Imagens registradas na memória nos perseguem e machucam, ao nos definir como seres inferiores, incapazes, feios e derrotados.

Construindo uma narrativa que problematiza questões como identidade, alteridade, pertencimento, justiça e conceitos de nação e nacionalidade, a escritora Ana Maria Gonçalves entrecruza a história oficial brasileira, com a “história marginal”. Ela cria outro espaço de diálogo e questionamentos acerca de eventos históricos, mesclados a situações fictícias. Busca desvelar o universo social e histórico da população negra brasileira,

mediante a construção de personagens que representam esse segmento populacional, além de relacioná-los também com outros grupos marginalizados.

No contexto da produção literária atual, Conceição Evaristo, escritora e pesquisadora afro-brasileira, afirma sobre essa literatura que [...] vê-se a literatura buscar modos de enunciação positivos. [...] A identidade vai ser afirmada em cantos de louvor e orgulho étnicos, chocando-se com o olhar negativo e com a estereotipia lançados ao mundo e às coisas negras. (EVARISTO, 2006, p. 3).

Representar e tornar presente algo que está ausente, talvez seja o grande mérito de Ana Maria Gonçalves autora do romance *Um defeito de cor*, pois, sabe-se da já tradicional ausência do protagonismo negro na literatura brasileira. O protagonismo negro feminino, então, é em proporção infimamente menor.

A escolha do romance *Um defeito de cor*, portanto, foi motivada pelo desejo de trabalhar com uma obra que carrega as marcas do que é ser negro no Brasil. Trata-se de um ponto de vista de uma autora comprometida etnograficamente com essa questão, que estabelece um diálogo com a história e com as relações de gênero e raça. Ela demonstra a importância da mulher negra na luta por dignidade e respeito ao longo da construção histórica e social do Brasil. Ana Maria Gonçalves, portanto, ao dar voz a Kehinde, mulher, negra, escravizada, que foge ao estereótipo da mãe perfeita, não está simplesmente criando uma narrativa em primeira pessoa, está dando voz aos milhões de silenciados da história do Brasil.

A autora questiona a condição desses seres humanos que foram destituídos de dignidade, excluídos, vivendo como estrangeiros em um entre-lugar<sup>1</sup>, uma vez que se sentiam perdidos, desorientados em um espaço de violência, dor e sofrimento, no qual não havia o sentido de pertencimento, mas apenas a consciência de que suas vidas tinham sido interrompidas ao serem arrancados do continente africano e transportados violentamente. Além disso, tinham a certeza de que a continuidade histórica e familiar por meio de seus descendentes provavelmente inexistiria. Resultando o que Homi Bhabha (1998, p. 69)

---

<sup>1</sup> De acordo com a pesquisadora Daniela Maria Barreto Martins, “entre-lugar” no sentido que lhe é atribuído por Babha designa “uma temporalidade de construção e contradição social (...), espaços de fronteira, de contatos interculturais, cujas características resultam do cruzamento de referências, contestações políticas e construção de novas estratégias de sobrevivência”. (MARTINS, 2011, p. 81-82).

denomina de terceiro espaço, aquele que resulta da hibridação de encontros e desencontros entre culturas nas quais há a presença de minorias, sem valor social.

Reconhecer na personagem Kehinde de *Um defeito de cor* o protagonismo feminino negro é muito mais do que simplesmente dar espaço aos negros. É lidar com questões que estão presentes na agenda política e social brasileira, representando também um dos pontos de destaque nas discussões dos teóricos da pós-modernidade. Busca-se uma sociedade baseada no respeito à diferença e na capacidade do ser humano de construir novas e múltiplas possibilidades de convivência, que privilegiam a igualdade pautada pelos critérios de raça, etnia, gênero, orientação sexual e tantos outros, essenciais à formação de identidades.

Conforme afirma Bhabha:

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se forma sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)? (BHABHA, 1998, p.19-20).

Segregados, alijados de direitos e espaço digno, inexplicavelmente postos à margem, temidos e erotizados, violentados e mitificados, no decorrer de uma história de autoria alheia, suposta e imposta, os negros, também por meio da literatura, reescrevem a história nacional oficial, dando-lhe um colorido profundamente particular, daqueles que não falam somente por si enquanto autores, mas que representam uma coletividade e em seu nome se expressam, contribuindo com a construção de identidades e espaços de luta pela dignidade humana.

Essa literatura procura romper com o modelo estereotipado da literatura canônica de representar o negro, e permitir uma contraideologia como meio de superação de séculos



de discriminação e invisibilidade, sem nenhum referencial positivo. Lembremos que a única escrava que obteve redenção e aceitação na literatura brasileira era branca: personagem de *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. Senão, para Joaquim Manuel de Macedo, os escravizados eram as “vítimas algozes”, capazes de destruir qualquer respeitável família com sua influência maléfica.

O escritor Machado de Assis foi sendo embranquecido ao longo dos anos, e Monteiro Lobato, o grande nome da literatura infantojuvenil, mostrou sua face não só na representação de certas personagens, mas também em cartas que foram publicadas recentemente, trocadas com amigos, que é categoricamente eugenista. “Meu romance não encontra editor. [...] Acham-no ofensivo à dignidade americana. [...] Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros”. (Carta de Lobato a Godofredo Rangel, sobre o romance *O presidente negro*, o qual tentou publicar nos Estados Unidos).

Esta dissertação tem como objetivo maior visibilizar o protagonismo feminino negro do século XIX, a partir de olhares contemporâneos, propondo-se uma releitura da história dos africanos e afrodescendentes no período escravocrata brasileiro e do papel da mulher enquanto ser duplamente discriminado nesse sistema.

Ela se divide em quatro capítulos que abordam diferentes aspectos da obra analisada, a partir dos referenciais teóricos pertinentes a cada campo de estudo.

O primeiro capítulo, intitulado “conhecendo a narrativa” traz um resumo do romance, permeado por citações diretas da obra que permitirão um melhor entendimento das opções de análise feitas posteriormente.

No segundo capítulo, denominado: “Literatura negra ou afro-brasileira, diáspora, gênero e raça: fundamento teórico” pretende-se analisar cada um dos termos, essenciais para o entendimento da pesquisa proposta contextualizando-os por meio da obra escolhida.

No terceiro capítulo, intitulado “Literatura e História, (re)construindo a memória do afro-brasileiro por meio da metaficção historiográfica”, propõe-se a revisão da história oficial da escravidão no Brasil, por meio da literatura afro-brasileira, verificando como se dá no texto literário a problematização da história, e a consequente reflexão trazida por esta ao nosso presente histórico.

O capítulo quarto trará à cena as estratégias utilizadas por Ana Maria Gonçalves para compor a sua metaficção historiográfica, obra denominada por Zilá Bernd de *romance fleuve* (romance que flui como um rio) em razão do grande número de personagens que

apresenta. tendo como destaque a verossimilhança utilizada na obra em análise de modo singular e essencial, que estabelece um contraponto entre ficção e realidade. A análise da espacialidade narrativa, por sua vez, centrar-se-á no espaço marítimo atlântico, ponte entre o desespero dos cativos e o sonho de liberdade.

O desenvolvimento do trabalho, que se vincula à linha de pesquisa e ao eixo temático “Teorias do Texto Literário: Formas, composição, seleção e recepção da narrativa literária: África, Brasil e França”, baseia-se na análise e contribuições dos estudos de textos históricos e literários variados, além de textos específicos sobre Afro-brasileira e na utilização de alguns aspectos da teoria da narrativa, possibilitando, assim, o estudo sincrônico e diacrônico nos contextos social histórico e literário.

A investigação aqui proposta pauta-se pela consciência de que a história de milhões de brasileiros está à margem da sociedade e que conhecê-la é fundamental para que se possa superar o conceito de vencedores e vencidos, tornando-nos verdadeiramente nação. Além de revelar aspectos culturais e sociais presentes na dinâmica racial e de gênero em nossa sociedade, pretende-se mostrar a relevância da literatura para a construção da história e ao mesmo tempo, visibilizar a autoria da mulher negra, que contribui para a (re)construção da memória dos africanos no Brasil, resgatando valores e situações normalmente desprezadas na sociedade e nas suas representações literárias.

Analisar em parte esta história de violência e luta baseada nessa outra história de construída na poesia e na ficção, é isto o que se propõe neste presente trabalho.

Para tanto, é indispensável revisitar conceitos definidos por Oswald de Camargo, Eduardo de Assis Duarte, Zilá Bernd, Domício Proença, Regina Dalcastagnè e outros pesquisadores e estudiosos comprometidos com a análise crítica da produção literária negra brasileira, que são considerados referências no assunto.

Recorre-se também aos estudos de Gregory Rabassa *O negro na Ficção Brasileira* (1965), e de David Brookshaw *Raça e Cor na Literatura Brasileira* (1983), ainda hoje marcos dos estudos entre negritude e literatura em nosso país. Com Antonio Candido, Walter Benjamin, Georg Lukács, Homi Bhabha e Stuart Hall, será possível iniciar o estudo das questões aqui propostas, alicerçadas também nos autores e obras citadas nas referências bibliográficas, de modo a confirmar algumas questões que demonstram a urgência de superar este estado de permanente exclusão sociorracial, à qual está submetido o negro na sociedade brasileira, e a importância de uma produção literária libertário, que contribuirá para realizar nosso desejo.

Esta pesquisa é relevante e atual, pois a literatura brasileira é também impregnada pelo racismo e pela discriminação racial, distante muitas vezes de sua realidade e de sua história. À medida que não estabelece um diálogo com as experiências negras na sociedade brasileira, tem-se, tanto na literatura quanto na história, versões parciais, geralmente negativas, que apenas corroboram um imaginário impregnado de estereótipos e subordinação e que deve ser combatido.

Como afirma o ministro do Supremo Joaquim Barbosa Gomes: “É preciso subtrair do imaginário coletivo a idéia de supremacia e subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher.” (GOMES, 2005, p. 55).

Faz-se mister, portanto, criticar e discutir, alicerçados em fundamentos teóricos e práticos, de forma a combater as ideologias, que, desconstruídas, permitirão o resgate ou construção de identidades, que foram negadas não só aos africanos escravizados, mas à população brasileira pobre e excluída, afrodescendente ou não, durante muito tempo.

Neste sentido, pretende-se principalmente com este trabalho contribuir com as pesquisas literárias que buscam destacar o papel histórico dos negros aqui escravizados (e seus descendentes), dando-lhes vez e voz numa historiografia literária marcada, até aqui, pela desvalorização e pelo esquecimento. Além disso, no caso presente esta pesquisa valoriza o fato de *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves poder ser considerado um romance afro-brasileiro, valorizando assim um gênero literário específico, que não tem sido objeto de muitos estudos. De fato, se olharmos *grosso modo* a produção de estudos literários afro-brasileiros, verificaremos que há quantitativamente muito mais abordagens de poesia afro-brasileira do que de narrativa.

O gênero romance possui características que estão visivelmente presentes em *Um defeito de cor*, antes confirmando do que contestando atributos que são tipicamente romanescos. É o caso de se pensar no aspecto “epistolar” do texto (apesar de referir-se a uma única e longa carta), na mistura de gêneros literários bem visível, tais como a relação com a história, com a sociedade, com os costumes de África e do Brasil, a “montagem” do procedimento da verossimilhança digressões temáticas de toda espécie, além do aspecto copioso de cenas, fatos e referências temporais e espaciais típicas do romance moderno.

O pesquisador Valter Silvério, afirma que: “Pensar o futuro nos obriga a rever o passado de forma crítica, sem o quê não será possível entender porque os subalternos procuram alterar suas condições de acesso em diferentes dimensões da vida social.” (SILVÉRIO, 2005, p. 143).

Na nossa maneira de ver, tal entendimento passa também pelo modo de narrar a vida e lembrar a história desses que foram durante séculos a base da produção econômica do Brasil e pela análise dos caminhos que transformaram a diferença em desigualdade. A literatura, por sua riqueza e beleza, é para nós uma dessas possibilidades e esta dissertação tem a pretensão de fazer exatamente isto.

## CAPÍTULO 1

### CONHECENDO A NARRATIVA

*Um defeito de cor*, obra publicada em 2006, apresenta-nos uma visão feminina e feminista de acontecimentos históricos e fictícios do Brasil do século XIX. Narrado em primeira pessoa, por Kehinde, o texto nos conta as venturas e desventuras dessa narradora protagonista em mais de novecentas páginas de errância e expectativas.

Zilá Bernd, em 2012, escreve o artigo “Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves”, em que aborda a questão da memória como um meio de resgate de uma construção identitária que possibilita um retorno às origens africanas como modo de conhecimento de si mesmo e também dos ancestrais, além do outro lado de uma história produzida e alimentada pelo poder hegemônico. Segundo a autora, “*Um defeito de cor* se constitui em valioso exemplo de resgate da memória coletiva afro-brasileira, por meio de vestígios. (BERND, 2012, p. 44).

Neste mesmo artigo, Bernd afirma ser o romance de Ana Maria Gonçalves um *roman-fleuve* (que flui como um rio). Essa denominação é dada por causa da quantidade de personagens e ações presentes na obra de Gonçalves. Segundo Bernd, são considerados como tal (*roman-fleuve*) as obras de Tolstói (*Guerra e Paz*) e, no Brasil, de Érico Veríssimo (*O tempo e o vento*). (BERND, 2012, p. 30).

O romance conduz o leitor a diferentes espaços de convivência, reafirmando o Atlântico como elemento de convergências históricas e culturais entre África e Brasil.

Até a idade de oito anos, Kehinde viveu em Savalu, África, com sua família – mãe, avó, irmã gêmea e um irmão – época em que presencia o assassinato de sua mãe e irmão pelos guerreiros do reino de Andandazon. Após enterrar seus mortos, a avó corajosamente decide viajar com as netas, sem rumo, chegam a Uidá, na tentativa de construírem uma nova vida. Fazem amizade rapidamente com uma vendedora de acarás, que, além de abrigo, divide seu ponto de trabalho com a avó das meninas, possibilitando que elas possam alugar uma casa e viverem com certa tranquilidade.

Essa tranquilidade, entretanto, é passageira. Certo dia, Kehinde e sua irmã Taiwo saem para um passeio. Vão até o porto onde são capturadas por mercadores de escravos, ficando à espera de uma viagem sem destino definido. Sua avó procura desesperadamente pelas meninas e as encontra já prontas para embarcar em um navio negreiro. Depois de algumas negociações, por ser velha e não interessar aos mercadores como escrava, consegue embarcar com as netas na condição de escravizada.

Durante a travessia atlântica com destino ao Brasil, são narrados os horrores vividos por aquele grupo de pessoas, totalmente destituídas de dignidade. São inúmeros os doentes em razão das condições precárias de higiene, falta de água, de ar e de comida. Taiwo e sua avó não conseguem concluir a travessia, morrendo antes de chegar ao Brasil, sendo seus corpos lançados ao mar. Kehinde narra o triste episódio:

Então, mesmo que não fosse através dos voduns, disse para eu nunca me esquecer da nossa África, da nossa mãe, de Nana, de Xangô, dos Ibêjis, de Oxum, do poder dos pássaros e das plantas, da obediência e respeito aos mais velhos, dos cultos e agradecimentos. A minha avó morreu poucas horas depois de terminar de dizer o que podia ser dito, virando comida de peixe junto com a Taiwo. Não sei dizer o que senti, se tristeza, se felicidade por continuar viva ou se medo. (GONÇALVES, 2006, p. 61).

Kehinde, única sobrevivente de sua família chega ao Brasil e é vendida como escrava, indo viver em uma fazenda na ilha de Itaparica, no interior da Bahia. Perdeu sua terra e sua família, e ela própria tornou-se animal-propriedade de branco:

Mas a pior de todas as sensações, mesmo não sabendo direito o que significava, era a de ser um navio perdido no mar, e não a de estar dentro de um. Não estava mais na minha terra, não tinha mais a minha família, estava indo para um lugar que não conhecia, sem saber se ainda era para presente ou, já que não tinha mais a Taiwo, para virar carneiro de branco. A Tanisha disse que eu sempre poderia contar com ela, que poderia ver nela a mãe, a avó e a irmã perdidas. (GONÇALVES, 2006, p. 61).

Torna-se dama de companhia de uma menina órfã de mãe, Maria Clara, a qual na idade adulta será sua grande amiga. Na adolescência, ela desperta o desejo do seu senhor, José Carlos e é perseguida por ele, que chega a estuprar e castrar seu namorado, como forma de castigar o casal. Tratada como objeto que por direito de compra lhe pertencia, ele não permitiria que outro homem tivesse o privilégio de ser o primeiro a possuí-la. Desse estupro, nasce seu primeiro filho. É o que ela relata:

[...] o sinhô José Carlos me derrubou na esteira, com um tapa no rosto, e depois pulou em cima de mim com o membro já duro e escapando pela abertura da calça, que ele nem se deu ao trabalho de tirar. Eu encarava os olhos mortos do Lourenço enquanto o sinhô levantava a minha saia e me abria as pernas com todo o peso do seu corpo, para depois se enfiar dentro da minha racha como se estivesse sangrando um carneiro. Não me lembro se doeu, pois eu estava mais preocupada com o riozinho de sangue que escorria do corte na minha boca, provocado pelo tapa, e me lembrava da minha mãe debaixo do guerreiro, em Savalu, desejando que ela, o Kokumo e seus amigos aparecessem naquele momento e nos levassem, a mim e ao Lourenço, para brincar com eles, mesmo sem sermos abikus. (GONÇALVES, 2006, p. 171).

Aos quinze anos, grávida, com a morte do seu senhor e pai de seu filho, e a consequente venda da fazenda, muda-se com a viúva e alguns outros escravos para Salvador, onde terá início uma vida de venturas e desventuras que transformarão novamente sua existência. Resiste à insinuação, da parte de Esméria, de abortar o filho que sentia mexer no seu ventre:

Sei de muitas mulheres que, ao se saberem peçadas e conscientes de que a única vida que poderiam dar aos filhos era a que elas próprias tinham, na escravidão, preferiam que não nascessem. Acho que a Esméria chegou a falar comigo sobre uma beberagem, mas não tive condições ou força para decidir, como se não fosse comigo. E quando o tempo passou e eu senti o meu filho se mexendo, já não tinha mais coragem de negar a ele a possibilidade de pelo menos tentar fazer a própria vida ser melhor do que a minha. (GONÇALVES, 2006, p. 173).

Nos primeiros anos de vida, seu filho é criado praticamente como filho da sinhá, que, mesmo sabendo ser a criança filho de seu finado marido, apegou-se a ele por não ter tido filhos e pela criança ter um tom de pele que dissimulava sua origem. Kehinde relata os cuidados que dispensava à criança:

Eu tentava tomar cuidado para que o Banjokô não pegasse muito sol, pois, com certeza, a sinhá não ia gostar da cor mais escura que ele já tinha adquirido. Estava longe de ser preto, mas também não passava mais por filho de branco, como ela gostaria que acontecesse. (GONÇALVES, 2006, p. 323).

Em Salvador, Kehinde começa a trabalhar como escrava de ganho, aquela que trabalha fora e destina a maior parte dos lucros obtidos para seu dono. Consegue, depois de certo tempo e de muitas peripécias, comprar sua liberdade e a de seu filho.

Conhece Alberto, comerciante português, e pela primeira vez consegue um pouco de estabilidade, sendo a senhora do sítio no qual vão morar. Com ele, tem outro filho. Confessa que é feliz com o novo companheiro:

Eu me sentia muito bem-disposta, apesar do meu estado, e feliz por mim e pelo Alberto. Ele fazia planos, queria escolher o nome do filho e sempre falava em Luiz, para homenagear um avô de quem gostava muito e que talvez ainda estivesse vivo em Portugal. (GONÇALVES, 2006, p. 390).

Este filho, que o pai pretendia tornar um doutor em leis, será mais tarde vendido por ele como escravo para saldar dívidas de jogos. A partir desse fato, a vida de Kehinde, que já havia perdido o primeiro filho vítima de acidente, se resumira em andanças por diversas cidades e estados brasileiros à procura de seu filho. Essa errância consumira vários anos de sua vida, fazendo com que ela morasse em cidades da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Como na história da lendária escrava Luiza Mahin, suposta mãe do abolicionista negro Luiz Gama, ambos mãe e filho, citados pela autora no prólogo da obra em estudo, como meio de reforçar o processo de verossimilhança.

Assim é descrito Luiz Gama por Ana Maria Gonçalves:

Um homem inteligente e batalhador que, tendo nascido de uma negra e de um fidalgo português que nunca o reconheceu como filho, conseguiu se tornar advogado e passou a vida defendendo aqueles que não tiveram a sorte ou as oportunidades que ele tão bem soube aproveitar. O que você vai ler agora talvez seja a história da mãe deste homem respeitado e admirado pelas maiores inteligências de sua época, como Rui Barbosa, Raul Pompéia e Silvio Romero. Mas também pode não ser. E é bom que a dúvida prevaleça até que, pelo estudo do manuscrito, todas as possibilidades sejam descartadas ou confirmadas, levando-se em conta o grande número de coincidências, como nomes, datas e situações. Torço para que seja verdade, para que seja ela própria a pessoa que viveu e



relatou quase tudo o que você vai ler neste livro. Não pela história, que não desejo a ninguém, e logo você vai saber por quê. (GONÇALVES, 2006, p. 17).

Kehinde decide voltar à África, na esperança de que seu filho talvez tenha ido em busca das histórias que lhe contava quando criança. Volta a Uidá, lugar em que foi capturada ainda criança com a avó e a irmã. Reencontra alguns amigos conquistados no curto período em que lá viveram na sua infância e busca novamente recomeçar a vida.

Conhece um comerciante africano negro, de uma colônia inglesa com quem vai viver. Ambos iniciam uma intensa atividade comercial com o Brasil. Dessa união, nascem João e Maria Clara, *ibejês* (gêmeos), mas ela não se esquece nem do Brasil, nem de seu filho Luiz.

Kehinde vai investir na construção de casas à moda brasileira, fundando uma construtora de nome “Casas da Bahia”, tornando-se com o passar do tempo uma rica empresária. Passam-se os anos, mas permanece vivo o desejo de tornar a ver seu filho.

Um dia, revirando papéis velhos, descobre algumas cartas com notícias enviadas do Brasil sobre seu filho perdido. Porém, ela só tem acesso a elas muito tempo após terem sido escritas.

Quando a Geninha foi procurar o baú, acabou encontrando a caixa, e ao abri-la, além dos papéis de trabalho, como eu imaginava, viu três cartas remetidas de São Paulo, todas do mesmo ano, um mil oitocentos e setenta e sete, com intervalo de três ou quatro meses entre uma e outra. A primeira era mais um aviso, em que o filho do advogado amigo do doutor José Manoel dizia que tinha te encontrado e que em breve mandaria mais notícias. Na segunda carta, ele dava muitos detalhes sobre você, contando tudo sobre a sua vida, que você era amanuense e que também advogava em favor dos escravos, conseguindo libertar muitos deles. Que você estava casado, tinha filhos e era maçom, que escrevia poesias e era muito respeitado por publicar artigos belíssimos e cheios de inteligência nos jornais mais importantes da cidade, e dava inclusive a sua morada. (GONÇALVES, 2006, p. 947).

Novamente, faz alusão a Luiz Gama, poeta negro, advogado e abolicionista, um dos primeiros nomes a figurar na lista de autores da literatura negra.

Aos oitenta anos, diabética e cega, Kehinde realiza novamente a travessia atlântica, de volta ao Brasil, numa verdadeira viagem iniciática. É durante esse percurso que narra toda a sua vida a Geninha, filha de uma de suas empregadas que a acompanhava na viagem, e que durante o percurso ia escrevendo tudo que lhe era contado.

A expectativa de Kehinde era que seu filho encontrasse os escritos e pudesse perdoá-la pelo que aconteceu e ao mesmo tempo manter vivas suas memórias, visto que percebia que não conseguiria sobreviver para aportar no Brasil e contar-lhe tudo pessoalmente, caso o encontrasse. Nessa situação, encerra-se o romance, caracterizando uma obra aberta, pois não sabemos se a viagem realmente ocorreu e, no caso de ter ocorrido, se ela conseguiu aportar no Brasil, e se de algum modo seu filho conheceu sua história. Desconhecemos se seus esforços para manter viva a esperança e as memórias que proporcionariam a ele elementos para a construção de um passado, algo que foi negado a grande parte dos descendentes de africanos escravizados no Brasil, alcançou o objetivo.

A (re)construção da memória familiar e histórica, o encontro com suas raízes nacionais e de além mar, possibilita aos afrodescendentes um referencial identitário, além da criação um espaço de diálogo, onde dignidade e cidadania são consequência da percepção de si mesmo como sujeito de um processo que não termina nos porões dos navios negreiros ou nas senzalas, mas que se estende como forma de resistência até os dias atuais.

## **CAPÍTULO 2**

### **LITERATURA NEGRA OU AFRO-BRASILEIRA, DIÁSPORA, GÊNERO E RAÇA – FUNDAMENTO TEÓRICO E PROPOSTA ACADÊMICA**

Pode o negro falar? Expressar seu ser e existir negros em prosa ou verso? Publicar?

Nem sempre.

Sobretudo no passado: falar de sua condição de escravizado, ou de homem livre na sociedade escravocrata, levantar sua voz contra a barbárie do cativo; ou, já no século XX, enquanto sujeito dolorosamente integrado ao regime do trabalho assalariado; excluído e submetido às amarras do preconceito, com suas mordidas. Apesar de tudo, muitos falaram, escreveram, publicaram. (DUARTE, 2011, p. 14).

Autores negros têm publicado, num universo ainda que pequeno, em relação à quantidade de obras e autores brancos. Alguns autores e autoras negros, desde meados do século XIX vêm contribuindo com a literatura brasileira, produzindo uma obra que, ainda que não figure no cânone brasileiro, tem representado um diferencial em relação à reavaliação e a contribuição histórica e social da população negra ao longo dos séculos de escravização e de abandono social e institucional, que se seguiu à libertação.

O psicólogo Frederico Lucena de Menezes chama a atenção de que o

Importante é sinalizar que o Outro não é apenas o semelhante. A abertura para o Outro, para a alteridade, obriga uma visão poética que retira do ser humano a contingência da psique. O outro não é sequer, necessariamente um ser vivo. A obra de arte tem alteridade, ela ‘fala’ ao observador. (MENEZES, 2007, p. 115).

O negro no Brasil, do século XVI ao XVIII, era de um ser menor, considerado sem importância no cenário social e cultural, ainda que essencial como força motriz para a realização de todo tipo de trabalho e geração de riqueza. Porém, já aparecia em textos de

Gregório de Matos e do Padre Antônio Vieira, ainda que sem representatividade efetiva. Naquela época não era possível falar em uma contribuição negra de sujeito autoral, nem de personagens ou de temáticas.

A professora Dalcastagnè da Universidade de Brasília (UnB) coordenou uma pesquisa relacionada ao personagem do romance contemporâneo, utilizando-se de obras publicadas por três grandes editoras brasileiras, e que atingem um número maior de leitores. Foram analisadas mais de quatrocentas obras, e o grupo de pesquisa chegou à conclusão de que os personagens da literatura brasileira têm cor: branca. E têm gênero: heterossexual. E têm classe: média.

Muitas décadas se passaram desde a abolição da escravatura, mas o cenário nem de longe aponta para uma tendência de igualdade de condições de publicação, produção ou representação do negro nas letras brasileiras. De acordo com a pesquisadora:

A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores. Isto sugere uma outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da “democracia racial” elimina tais questões dos discursos públicos, incluindo aí o do romance. (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87).

Schmidt afirma que, no Brasil, como em outras culturas, o cânone literário acaba por valorizar determinados padrões, e excluir outros que destoam do perfil de virilidade e poder que vem sendo construído há séculos. É o caso, por exemplo, da literatura produzida por negros e negras e que tem a personagem negra como sujeito, do ou no discurso literário. Destoa do perfil eurocêntrico, e, portanto acaba sendo posta à margem.

O cânone, isto é, um conjunto de textos que passou pelo *teste do tempo* e que foi institucionalizado pela educação e pela crítica como *clássicos*, dentro de uma *tradição*, vem a ser o pólo irradiador dos paradigmas do quê e do como se escreve, do quê e do como se lê. Tradicionalmente, a sua constituição está pautada no processo de reprodução do mesmo, pois a força homogeneizadora que atua sobre a seleção reafirma as identidades e afinidades e exclui, portanto, as diferenças, uma vez que essas são

incompatíveis com um todo que se quer uniforme e coerente em termos de *padrões estéticos de excelência*, argumento geralmente invocado na ratificação do estatuto canônico de uma obra. (SCHMIDT, 1996, p. 116) (Grifos da autora).

Porém, das margens surgem muitas produções, bastante expressivas que acabam por romper essa tradição de modelos pré-determinados, de invisibilização dos excluídos. Tome-se, como exemplos, Maria Firmino dos Reis, Luiz Gama, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, entre escritores afro-brasileiros, que foram capazes de subverter a ordem instituída, e se fazer ouvir por meio de seus textos.

E o fazem a partir de um importante ponto de vista interno, que expressa um lugar de enunciação distinto daquele consagrado majoritariamente pelo cânone. Tais textos, postos em diálogo com a produção mais recente, como *A noite dos cristais* (1996), de Luiz Carlos de Santana, Ponciá Vicêncio (2003) ou *Becos da memória* (2006), de Conceição Evaristo, e *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, compõem um instigante painel social e humano do negro no Brasil e propiciam a releitura da trajetória do romance brasileiro a partir de um viés étnico e cultural. Através dela é possível a tessitura de um fio condutor, com seus pontos de confluência e de descontinuidade, que leva ao desvelamento – e, ao mesmo tempo, à construção, de uma linhagem ainda não de todo estabelecida em nossas letras – a do romance afro-brasileiro. (DUARTE, 2009, p. 5).

Gonçalves integra esse seleto grupo, com a obra *Um defeito de cor*, contribuindo tanto com a literatura quanto com a história, ao abordar os episódios históricos do Brasil imperial e escravocrata do século XIX do ponto de vista de uma personagem negra e feminina, que transita por diferentes espaços dentro da narrativa. Desde o navio negreiro até os locais em que eram discutidas estratégias de resistência e rebeliões, como se pode observar no exemplo abaixo.

Por ora, eu deveria começar observando os navios que transitavam no mar de dentro e no mar de fora, ajudando a denunciar os que poderiam carregar escravos capturados ao norte da linha do Equador, em África. Já havia alguns anos que estava proibida a entrada no Brasil de escravos vindos da Costa da Mina, por exemplo, que fica acima da linha que divide o mundo em Norte e Sul. Se fossem descobertos navios carregando escravos aprisionados nas regiões proibidas, os pretos seriam enviados de volta à África, e toda a mercadoria apreendida, se houvesse, poderia ficar para quem os capturasse, trabalho no qual os ingleses estavam muito empenhados. Mas os comerciantes portugueses e brasileiros não obedeciam à lei, e quando chegavam à Bahia com carga proibida, ficavam por alguns minutos ancorados ao longe e distribuíam os escravos em embarcações menores, que atracavam em qualquer praia da cidade sem passar pela fiscalização do porto. Eu deveria ficar atenta a qualquer

movimentação desse tipo e denunciar aos ingleses, que, como recompensa, tinham prometido entregar aos denunciantes parte das armas recolhidas a bordo, o que era muito interessante para quem planejava rebeliões ou algo do gênero. (GONÇALVES, 2006, p. 379-380).

## **2.1 Literatura negra ou literatura afro-brasileira?**

A noção de ‘literatura’ é historicamente demarcada, de pertinência limitada no espaço e no tempo: ela se refere à civilização européia, entre os séculos XVII ou XVIII e hoje. (ZUMTHOR, 2007, p. 12).

A literatura canônica em diversos momentos da história brasileira foi utilizada para reafirmar estereótipos e justificar preconceitos vigentes em nossa sociedade, inferiorizando o negro, social, física e intelectualmente. Legitimava-se desse modo a condição social do negro no Brasil, por meio de uma escrita comprometida com os interesses hegemônicos. A literatura denominada “negra” ou “afro-brasileira” busca, além de visibilizar o sujeito autoral e o protagonismo negro, desnaturalizar práticas discursivas que condicionam o lugar do negro ao quarto de despejo, ou à margem, da sociedade, da literatura, da política e da história oficial.

[...] o romance de 950 páginas se destaca nessa vertente visualizada até agora. E isto, não apenas por inscrever o cotidiano de horrores da escravidão (tantas vezes recalcado) a partir de uma perspectiva feminina e afro-descendente. Só esse fato já seria suficiente para lê-lo com redobrada atenção. O romance brasileiro ostenta, via de regra, uma considerável hegemonia masculina, tanto na autoria, quanto no protagonismo ou no universo representado. A tônica tem sido o predomínio de narrativas exemplares de homens de relevo, sempre que se trata de representar o passado e de construir uma imagem gloriosa de nação a partir dos feitos dos heróis fundadores. (DUARTE, 2009, p. 6).

Pode-se dizer que o campo de estudos denominado “Literatura Negra ou Literatura Afrodescendente” está ligado à própria história de resistência dos afrodescendentes e vem adquirindo relevância no interior da crítica literária brasileira, por meio da realização de estudos sistemáticos e de descobertas significativas que inserem essas produções num período bem anterior ao que se supunha até alguns anos atrás.

Luiz Gama é considerado por vários teóricos, como Gregory Rabassa, David Bookshaw e Zilá Bern, entre outros, como precursor da literatura negra ou afro-brasileira. Mulato, figura pública, advogado, jornalista, lutou pela liberdade dos escravizados,

participando da campanha abolicionista. Atuou na defesa jurídica e libertação de mais de quinhentos escravos. (LIMA, 2010, p. 39).

De acordo, porém, com a pesquisadora Luisa Lobo, o romance *Úrsula* (1859), da mulata maranhense Maria Firmino dos Reis, redescoberto na década de 80 do século XX, é considerado, atualmente, o primeiro romance abolicionista de nossas letras. A pesquisadora afirma que “*Úrsula* deve ser considerado o romance pioneiro nas letras femininas, assim como *O filho do pescador* (1843), do fluminense Teixeira e Souza (1812-1861), o é das letras masculinas”. (LOBO, 2011, p. 111).

Além desses autores citados, mais Cruz e Sousa, Lima Barreto, Lino Guedes e outros, minoria negra e majoritariamente masculina, tem-se, na contemporaneidade, a emergência de um grupo considerável de mulheres negras, que produzem literatura de qualidade e que privilegia a mulher em suas temáticas como sujeito que constrói sua própria história.

Este é o caso dos *Cadernos Negros*, que surgiram em 1978 por iniciativa de um pequeno grupo de escritores e escritoras negros, e que se consolidou como um dos veículos de popularização da literatura negra, Alternando poesia e prosa, e dando visibilidade a um número considerável de escritoras que agregam a questão da luta por reconhecimento como escritoras e negras que são, com um trabalho voltado para o universo feminino.

As escritoras e escritores da literatura negra reconhecem a memória como elemento fundamental para a preservação da tradição ancestral africana que, ao longo dos séculos de escravização e espoliação humana, cultural, histórica e geográfica, foi sendo apagada, invisibilizada, negada aos africanos na diáspora, e a seus descendentes. Para Jacques Le Goff, a memória é indissociável da identidade, e ele a conceitua como: (...) “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”. (LE GOFF, 1996, p. 476).

É a busca pela preservação de aspectos sociais, culturais e históricos da população afrodescendente brasileira, que move as autoras negras de ontem e de hoje, apesar dos preconceitos de gênero e raça de que são constantemente vítimas. De acordo com Zilá Bernd:

Ao finalizar a organização da *Antologia de poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil* (2011), constatei o aumento considerável da participação feminina na produção poética afro-brasileira

nos últimos 20 anos. Essas vozes, quase ausentes do panorama da literatura afro-brasileira, não apenas tornam-se audíveis como adquirem grande força expressiva por apresentarem fragmentos da história do negro nas Américas a partir do ponto de vista da mulher. Grande parte dessa produção feminina se expressa por meio da poesia, sendo raras as que praticam as formas do romance, constituindo-se em exceção Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves, cujas obras vêm consolidar a literatura afro como vertente fértil da literatura brasileira. (BERND, 2012, p. 29).

As expressões “Literatura Negra” ou “Afro-Brasileira”, esta última de uso mais recente, não é ponto pacífico de definição entre os estudiosos do assunto e nem é de extrema importância. Veja-se o que diz Pereira:

A literatura afro-brasileira constitui uma face da Literatura Brasileira que é uma unidade constituída de diversidades. Ela apresenta um momento de afirmação da especificidade afro-brasileira (em termos étnicos, psicológicos, históricos e sociais) que se encaminha para uma inserção no conjunto da Literatura Brasileira. (PEREIRA, 1995, p. 875-880).

Há, no entanto, controvérsias em torno desse assunto. Há os que defendem a ideia da literatura brasileira como raiz única, o que acaba simplesmente por reafirmar as pretensões canônicas. Outros a vêem como uma literatura rizomática, onde diferentes grupos, desde os referendados hegemonicamente, quanto aqueles considerados marginais devem ter espaço de representatividade.

No meio dessa polêmica, encontra-se a literatura negra ou afro-brasileira. Para Oswaldo de Camargo, a literatura negra deve relacionar-se à realidade e à identidade do negro, sem ignorar as questões estéticas. Ela é dependente das experiências do escritor negro, que um branco pode até imitar, mas que não as têm. Se o enunciador for realmente negro, estará presente na obra a verossimilhança. (Portal Afro). Aspecto muito importante para a criação literária.

Bernd (1988, p. 22) afirma que a literatura negra existe, quando da mesma emerge “um eu enunciador que se quer negro”, independente da cor da pele do escritor. Nesse sentido, qualquer um que dê voz a uma personagem negra produziria um texto passível de denominar-se literatura negra.

Já na opinião de Proença Filho (2013, p. 21), a expressão *literatura negra* pode fazer-nos incorrer na reafirmação do preconceito, pois, classificar a literatura produzida por negros de outra forma que não Literatura Brasileira, é mais uma das diversas formas de discriminação. Apesar disso, ele tem seu conceito de literatura negra, na qual percebe duas



acepções: a ampla, quando produzida por qualquer um que deseje abordar a temática negra, e a restrita, quando produzida por negros e marcada por especificidades culturais negras.

Por sua vez, Conceição Evaristo (2006), escritora, enquanto teórica e crítica literária, afirma que literatura negra é a que tem o negro como protagonista do discurso e no discurso, ou seja, autoria e obra devem estar em consonância com as problemáticas das questões raciais e étnicas negras, ou afrodescendentes, como meio de justificar tal denominação.

Finalmente, para o pesquisador Duarte (2007), organizador da antologia crítica *Literatura e afrodescendência*, e um dos grandes nomes dos estudos da literatura negra ou afro-brasileira na atualidade, o que qualifica um texto como negro ou afrodescendente, é um conjunto de elementos:

Em primeiro lugar, a **temática**: “o negro é o tema principal da literatura negra”, afirma Otavio Ianni, que vê o sujeito afrodescendente não apenas no plano do indivíduo, mas como “universo humano, social, cultural e artístico de que sempre se nutre essa literatura (1988:54).” Em segundo lugar, a **autoria**. Ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro, e, neste caso, há que se atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes fraturadas oriundas do processo miscigenador. Completando esse segundo elemento, logo se impõe um terceiro, qual seja, o **ponto de vista**. Com efeito, não basta ser afrodescendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessário a assunção de uma perspectiva e, mesmo de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo a toda a problemática inerente à vida desse importante segmento da população. Nas palavras de Zilá Bernd (1988), essa literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro. Um quarto componente situa-se no âmbito da **linguagem**, fundado na constituição de uma discursividade específica marcada pela expressão de ritmos e significados novos e, mesmo, de um vocabulário pertencente as práticas lingüísticas oriundas de África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil. E um quinto componente aponta para a formação de um **público leitor** afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura e, portanto, ausente do projeto que norteia a literatura brasileira em geral. Impõe-se destacar, todavia, que nenhum desses elementos isolados propicia o pertencimento à Literatura Afro-brasileira, mas sim a sua interação. Isoladamente, tanto o tema, com a temática, como a linguagem e, mesmo a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes. (LIMA, 2010, p. 60-61. DUARTE, 2007, p. 104). (Destaques no original).

Considerando que o processo de comercialização e escravização negra inscreve de forma irrevogável os negros como participantes subalternos da história e da memória social

brasileira, por meio da literatura denominada negra ou afrodescendente, busca-se desvelar as agruras de um presente injusto, e um passado negado por circunstâncias além de suas vontades e que produzem reflexos muitos negativos ainda hoje, mais de um século após a abolição da escravatura.

Ana Maria Gonçalves, mineira, publicitária de formação, escritora afrodescendente, publica, em 2006, *Um defeito de cor*, romance que se utiliza da metaficção historiográfica para questionar, no presente, acontecimentos do passado. Seu romance foi ganhador do prêmio *Casa de las Américas*, em Cuba, na categoria “literatura brasileira” em 2007. O romance apresenta os elementos que, segundo Eduardo de Assis Duarte, integra o que seja uma literatura afrodescendente.

**A temática:** é a história de uma negra ex-escravizada no século XIX que subverterá a ordem pré-estabelecida para os negros naquele período. A temática se explicita a começar pelo título, que já denota esse espaço de dor, sofrimento e negação de identidade. Atribuir aos negros, “um defeito” devido ao fenótipo, foi a forma encontrada pelas elites brasileiras para subjugar, injusta e cruelmente, os negros que, na condição de livres, pretendessem ter acesso ao serviço público. Estes deveriam assinar um documento denominado: *dispensa do defeito de cor*, ou seja, eles assumiam oficial e publicamente que eram defeituosos em razão da cor da pele, inferiores aos trabalhadores brancos, e aos brancos em geral, mas que haviam assimilado os valores eurocêntricos, e que, portanto, dessa maneira estavam aptos a assumir um posto de trabalho que não fosse como escravo.

Gonçalves (2006, p. 893) expõe o sentimento de espanto de Kehinde ante a desumanidade de certos cristãos, pois a igreja também fazia uso da dispensa do defeito de cor:

[...] fiquei muito espantada com o que ouvi logo depois, que em uma época não muito distante da nossa, os religiosos europeus se perguntavam se os selvagens da África e os indígenas do Brasil poderiam ser considerados gente. Ou seja, eles tinham dúvida se nós éramos humanos e se podíamos ser admitidos como católicos, se conseguiríamos pensar o suficiente para entender o que significava tal privilégio. Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham que pedir licença do defeito de cor para serem padres, mas vi que não, que na África também era assim. Aliás, em África, defeituosos deviam ser os brancos, já que aquela era a nossa terra e éramos em maior número. O que pensei naquela hora, mas não disse, foi que me sentia muito mais gente, muito mais perfeita e vencedora que o padre. Não tenho defeito algum e, talvez para mim, ser preta foi e é uma grande qualidade, pois se fosse branca não teria me esforçado tanto para provar do que sou capaz, a vida não teria exigido

tanto esforço e recompensado com tanto êxito. (GONÇALVES, 2006, P. 893).

**A autoria:** Ana Maria Gonçalves demonstra, ao longo do seu texto, o comprometimento etnográfico que possui no cuidado com que realizou sua pesquisa bibliográfica, na preocupação em utilizar termos africanos, contextualizando-os na obra e na tradução que os acompanha. A autora deixa bem claro o seu comprometimento etnográfico também no texto *Carta aberta a Ziraldo*, em que, tomando como mote uma ilustração feita por esse desenhista e cartunista, em que Monteiro Lobato, está abraçado a uma mulata “turbinada”, nos moldes bem estereotipados pela sociedade brasileira. A Carta responde à afirmação feita por Ziraldo de que

Para acabar com a polêmica, coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma neguinha que é uma maravilha. Racismo tem ódio. Racismo sem ódio não é racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista. (GONÇALVES, 2011, em carta aberta a Ziraldo).

Nessa carta, Ana Maria apresenta-se como porta voz dos africanos sepultados no Atlântico, dos negros desumanizados nas senzalas, das mães que têm seus filhos assassinados nas favelas, dando a exata dimensão do que é para os negros o racismo à *brasileira*. Ela utiliza o texto como forma de realizar uma forte denúncia:

No tempo em que linchavam negros, disse Lobato, como se o linchamento ainda não fosse desse nosso tempo. Lincham-se negros nas ruas, nas portas dos shoppings e bancos, nas escolas de todos os níveis de ensino, inclusive o superior. O que é até irônico, porque Lobato nunca poderia imaginar que chegariam lá. Lincham-se negros, sem violência física, é claro, sem ódio, nos livros, nos artigos de jornais e revistas, nos cartoons e nas redes sociais, há muitos e muitos carnavais. (GONÇALVES, 2011, em carta a Ziraldo).

**O ponto de vista:** é de uma mulher, negra, que busca resignificar por meio de seu texto momentos e monumentos historicamente construídos a partir do olhar e da versão do colonizador, trazendo à tona séculos de silêncio e silenciamento.

Gonçalves (2006, p. 117) registra, com o relato de Kehinde, a dura faina das mulheres negras no trabalho diário de um baleeiro:

Primeiro, tínhamos que ir até o balcão onde estava a baleia e separar os pedaços de carne dos pedaços de gordura, formando dois montes. Quem

fazia o serviço de cortar a baleia eram os homens, com enormes facões, e por isso o excesso de segurança no caminho. As carnes ficavam com as mulheres, para partir em pedaços e cozinhar ou moquear. O que sobrava depois disso, a gordura, era o que nós, crianças, tínhamos que pegar e colocar dentro das caldeiras, onde era derretida até virar óleo de baleia. Entendi o porquê das queimaduras, pois nunca dava para prever para que lado a gordura ia espirrar quando jogada na caldeira, que já continha óleo derretido, fervendo. E também porque as vasilhas eram altas e as crianças mais baixas tinham que se equilibrar na ponta dos pés para conseguirem fazer o serviço, correndo o risco de se apoiar na caldeira, ela virar e o óleo fervente escorrer, levando junto a pele, a carne e até os ossos. A temperatura no baleeiro era muito quente, mesmo sendo um espaço aberto, e a chaminé também não conseguia puxar toda a fumaça, que ardia nos olhos e nos fazia tossir quase sem parar. Uma das meninas disse que mais dia, menos dia eu me acostumaria, e rezei para que isso acontecesse logo. (GONÇALVES, 2006, P. 117)

Com uma linguagem acessível e poética, em consonância com o objetivo maior, ela procede ao resgate da história ou do protagonismo negro na sociedade brasileira da narrativaficcional. Ela vai em busca de detalhes verdadeiros ou imaginados que fazem da linguagem de seus personagens momentos preciosos para o conhecimento de palavras e termos africanos, além de nos apresentar peculiaridades incomuns no Brasil, como, por exemplo, a importância do significado dos nomes dados às pessoas para os africanos naquela época e atualmente.

A autora registra no seu texto a memória de Kehinde sobre seu nascimento em Savalu, reino de Daomé, na África:

Eu nasci em Savalu, reino de Daomé, África, no ano de um mil oitocentos e dez. Portanto, tinha seis anos, quase sete, quando esta história começou. O que aconteceu antes disso não tem importância, pois a vida corria paralela ao destino. O meu nome é Kehinde porque sou uma ibêji, (Ibêji: Assim são chamados os gêmeos entre os povos iorubás), e nasci por último. Minha irmã nasceu primeiro e por isso se chamava Taiwo. Antes tinha nascido o meu irmão Kokumo, e o nome dele significava "não morrerás mais, os deuses te segurarão". O Kokumo era um abiku, (Abiku: "criança nascida para morrer"), como a minha mãe. O nome dela, Dúróorílke, era o mesmo que "fica, tu serás mimada". (GONÇALVES, 2006, p. 19).

**Público leitor:** o grande número de exemplares vendidos e a fortuna crítica de Ana Maria Gonçalves confirmam a existência de um público leitor interessado em outras versões da História, que almeja conhecer e divulgar a versão dos dominados, em detrimento do ponto de vista constituído pelos grupos dominantes, para além das posições

oficiais do governo e do mercado editorial. A autora nos fala sobre a recepção do seu romance:

Sempre me espanta muito o interesse que eu sinto nas pessoas em relação aos vários assuntos de que trata o livro. Eu não tinha ideia de que poderia ser assim. Uma das coisas que mais me surpreende positivamente é o interesse pelo livro que já está na sua 4ª edição; um livro grosso, de uma história pesada... O interesse pela História do Brasil despertada pelo romance me surpreende. Diante disso, penso que é necessário que nós tomemos conta da nossa própria história e sejamos capazes de analisá-la. Há um grande interesse nisso, tanto no Brasil como no exterior, mas não devemos deixar que se apropriem dela, devemos nós mesmos fazê-lo. (GONÇALVES. In CORTÊS, 2010, p. 136).

Em 2014, chegando à 10ª edição, pode-se, seguramente, afirmar que *Um defeito de cor* é um excelente exemplo de romance da chamada Literatura Afro-Brasileira e que preenche todos os requisitos para ser bem considerado.

## 2.2 Diáspora negra

Mesmo que a migração seja voluntária, ela contém uma boa dose de tensão. É, no mínimo, uma inquietação. Buscam-se melhores oportunidades de vida pessoal, profissional ou mesmo aventura. Já a migração forçada é repleta de variáveis psico-políticas. É o caso das grandes catástrofes, dos motivos socioeconômicos e, o mais grave dos motivos, a perseguição política. É forçada a migração dos exilados e dos refugiados, mas estes ainda podem contar a história que vítimas de genocídio não escreverão. (MENEZES, 2007, p. 115).

A palavra “diáspora” vem do grego e tem como significado “dispersar”, ou “semear”. Está associado à migração e colonização na Ásia Menor e no Mediterrâneo, na Antiguidade — de 800 a 600 a.C. Na tradução bíblica (*Deuteronômio* 28:25), a palavra designa a dispersão dos judeus exilados da Palestina depois da conquista babilônica e da destruição do Templo no ano de 586 a.C. e está associado também, segundo a Bíblia, a uma maldição e castigo.

Os africanos escravizados viveram também a experiência da diáspora. Paul Gilroy em sua famosa obra, *O Atlântico negro, modernidade e dupla consciência*, afirma que a identidade negra é um construto político e histórico relacionado às trocas culturais que têm como cenário o Atlântico. Para ele, culturas e identidades negras são indissociáveis da experiência da escravidão.

Em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas [da cultura], quero desenvolver a sugestão de que os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno e utilizá-la para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural. (GILROY, 2002, p. 57).

Essas experiências diaspóricas foram produzidas desde o início do tráfico negreiro, considerado como “trauma original”, permanecendo e sendo traduzidas e representadas pelos sentimentos de estranhamento, dor, encantamento, pertencimento e alienação tanto em solo brasileiro, quanto no africano.

O processo de diáspora africana é marcado por trocas culturais que impossibilitam classificar como uma as culturas africanas, americanas e europeias que dão origem ao que o sociólogo inglês Paul Gilroy denomina de “Atlântico Negro”. Trata-se de um processo em que fronteiras étnicas e culturais adquirem novos sentidos, no qual a perda, o exílio e a viagem são vistos muito mais como processo no qual é redefinida a dinâmica política, cultural e histórica de pertencimento do que uma dispersão desordenada e catastrófica. Seria a desterritorialização da cultura em oposição à ideia de culturas nacionais com fronteiras demarcadas, consequência da modernidade.

Sob a chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem. (GILROY, 2002, p. 25).

Saindo da África como escravizados, os negros tornam-se vítimas dos europeus e dos próprios negros, passando a pertencer a um entre-lugar. Marginal em processo de exclusão e construção, por meio principalmente de angústia e estranhamento, uma vez que a experiência da diáspora está para além do espaço físico. Não se resume a um simples deslocar-se, mas permanecer entre fronteiras: sociais, linguísticas e culturais.

Kehinde relata, comovida, as últimas palavras de sua avó, que fala sobre a comunhão com seus antepassados, enfim, com toda a natureza. Trata-se, numa palavra, da defesa da cultura ancestral, feita com dor pungente no peito, por uma mulher negra:

[...] minha avó disse que estava se sentindo fraca e cansada, que perdia a força e a coragem longe dos seus voduns, pois tinha abandonado a terra deles, o lugar em que eles tinham escolhido viver e onde eram poderosos,

e eles não tinham como segui-la. Durante dois dias ela me falou sobre os voduns, os nomes que podia dizer as histórias, a importância de cultivar e respeitar os nossos antepassados. Mas disse que eles, se não quisessem, se não tivessem quem os convidasse e colocasse casa para eles no estrangeiro, não iriam até lá. Então, mesmo que não fosse através dos voduns, disse para eu nunca me esquecer da nossa África, da nossa mãe, de Nana, de Xangô, dos Ibêjis, de Oxum, do poder dos pássaros e das plantas, da obediência e respeito aos mais velhos, dos cultos e agradecimentos. A minha avó morreu poucas horas depois de terminar de dizer o que podia ser dito, virando comida de peixe junto com a Taiwo. (GONÇALVES, 2006, p. 60-61).

Com sua obra, Ana Maria Gonçalves tenta resgatar parte desta história, ao relatar a saga de Kehinde ou Luíza Gama, seu nome brasileiro, nos espaços imperiais brasileiros e mais tarde no Benim. Trata-se provavelmente da mãe de Luiza Mahin, mãe do poeta Luiz Gama, pessoas reais, que viveram no Brasil no século XIX.

Criando uma personagem diaspórica por excelência, Ana Maria apresenta-nos uma história que não termina nos porões dos navios negreiros, mas que é produto de tradições e traduções com as quais os escravizados tiveram que aprender a conviver, e, mais, que possibilitou em grande medida a adaptação a lugares tão diversos de sua realidade original, exigindo alta capacidade para responder a estes desafios.

Kehinde, escrava, falante de ioruba, português e inglês, produtora e revendedora de *cookies*, mãe e revolucionária, assimilando a cultura católica, mas sem perder de vista seus voduns e orixás, vivendo entre fronteiras, busca resgatar das cinzas da história, motivos para o orgulho negro, uma vez que

[...] o status de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes. A história não tende para a desgraça das mulheres ou para sua felicidade. As mulheres são atrizes da história... (PERROT, 2007).

Nos capítulos finais do romance, é descrita a situação desses ex-escravizados africanos que, deixando o Brasil e retornando à África, constroem um espaço “ambíguo”, ao adicionar ao cenário africano elementos culturais, sociais e religiosos brasileiros, em África; invertem o que havia ocorrido ao serem arrancados de sua pátria, transportados e comercializados no Brasil. Entretanto, no Brasil, tudo se passou sempre de modo silencioso e dissimulado, pois os castigos infligidos aos transgressores eram constantes e violentos.

Gonçalves (200 p. 7786) expõe novos hábitos e costumes dos negros africanos retornados do Brasil:

Na verdade, todos os brasileiros, mesmo que não o fossem, eram considerados brancos, porque aos olhos dos africanos, nós agíamos como brancos, morávamos em casas diferentes, tínhamos hábitos diferentes, como o de usar talheres e ter móveis como a mesa e a cama, que não eram usuais em África. Pelo menos não eram até os comerciantes brancos europeus se instalarem por lá, sendo que antes disso não eram nem conhecidas. Em iorubá, eve ou fon, por exemplo, não existiam palavras como garfo, faca, mesa, camisa e muitas outras, porque elas não tinham nada para significar. (GONÇALVES, 2006, p. 778).

Os ‘agudás’, no Benim, conhecidos também como “os brasileiros do Benim”, são descendentes dos antigos escravizados que deixaram o Brasil e retornaram à África no século XIX, ou são descendentes de comerciantes baianos, que nos séculos XVII a XIX se estabeleceram na região do Togo, Benim e Nigéria, construindo nesses espaços um rico mosaico de tradições brasileiras, principalmente baianas.

Foram os ex-escravos retornados, pelo seu número e pela sua capacidade de trabalho, os verdadeiros construtores da identidade social agudá. Eles foram os responsáveis pela introdução de todo um *savor-faire* tanto no que toca à produção de bens, como por exemplo a construção civil ou a marcenaria, quanto à produção agrícola. Eles introduziram na região, sobretudo, uma forma de gestão desta produção que, embora talvez ainda rudimentar, já era capitalista. (GURAN, 2000, p. 73)

A personagem de Gonçalves foi uma dessas agudás. Ela retorna a África depois de trinta anos vividos no Brasil. Havia saído da África como escravizada aos sete anos, com sua irmã gêmea e com sua avó, o que restava de sua família. Como vimos tanto a irmã quanto a avó não resisitiram à viagem a bordo do navio negreiro e acabaram tendo seus corpos lançados ao mar. Foi um dos maiores traumas vividos por esta personagem.

Em solo brasileiro, Kehinde constrói outra história de vida, buscando manter as memórias que trouxe consigo, como o fizeram todos os escravizados, que, apesar de serem predominantemente ágrafos, cultivavam tradições, memórias, culturas e textualidades orais, modos distintos de ver o mundo. Os dominadores não conseguiram, por mais que tentassem, apagar essas realidades. Elas permanecem ainda hoje como um fio condutor de muitas de nossas práticas culturais, religiosas e sociais, individuais ou coletivas.



Martins, estudiosa da cultura afro-brasileira, afirma que

Com nossos ancestrais vieram as suas divindades, seus modos singulares e diversos de visão de mundo, sua alteridade lingüística, artísticas, étnicas, religiosas, cultural, suas diferentes formas de organização social e de simbolização do real. As culturas negras que matizaram os territórios americanos, em sua formulação e *modos* constitutivos, evidenciam o cruzamento das tradições e memórias orais africanas com todos os outros códigos e sistemas simbólicos, escritos e / ou ágrafos, com que se confrontaram. E é pela via dessas encruzilhadas que também se tece a identidade afro-brasileira... (MARTINS, 1997, p. 26).

Ao cruzar o Atlântico, os africanos tiveram que reinventar praticamente tudo aquilo que era do seu cotidiano, buscando com isso resistir aos mecanismos de dominação e supressão e assim manter vivas tradições seculares. Ao realizarem a travessia atlântica desse espaço agora cruzado ao contrário, esses indivíduos tiveram outra vez que reinventar suas vidas e suas histórias, pois ali chegando seriam tratados como estrangeiros. Muitos deles nem mesmo pertenciam realmente ao local para o qual voltavam, uma vez que não havia para quem ou para onde voltar, pois suas famílias e grupos sociais já não existiam mais. Todos estavam mortos ou dispersos. Além de tudo, alguns tinham sido negociados pelos próprios familiares ou por líderes das tribos a que pertenciam. Outros, finalmente, aportavam no local em que haviam sido embarcados à força, sem nenhuma pretensão ou interesse de procurar por parentes em sua terra natal.

De acordo com nossa narradora protagonista,

Os brasileiros faziam questão de conversar somente em português, e acho que isso acabava contribuindo para a fama de arrogantes, que aumentava a cada dia. Alguns já tinham construído casas que se pareciam o mais possível com as casas da Bahia, fazendo com que se destacassem muito das casas pobres, feias e velhas dos africanos. Eu também queria uma daquelas, que eram o sonho de todo retornador e até de alguns africanos, embora eles não admitiessem, por causa das rivalidades. Todos os retornados se achavam melhores e mais inteligentes que os africanos. Quando os africanos chamavam os brasileiros de escravos ou traidores, dizendo que tinham se vendido para os brancos e se tornado um deles, os brasileiros chamavam os africanos de selvagens, de brutos, de atrasados e pagãos. (GONÇALVES, 2006, p. 756).

Olhados pelos habitantes locais e por si mesmos como o “outro”, o estranho, o estrangeiro, esses africanos subvertem a ordem das coisas. São o que Caetano Veloso chama de “o avesso do avesso” em uma de suas canções. Eles conseguiram transformar o que para eles eram espaços topofóbicos: de dor, perdas, (culturais, religiosas e físicas),

sofrimentos constantes, no Brasil, em espaços de orgulho e de *status* social, ou seja, espaços apresentados e relatados como topofílicos em África.

Esses retornados ressignificam o ambiente ao qual voltam para integrar o agrupamento de “brasileiros” ou *brésiliens*, como eles se denominavam e são denominados ainda hoje. Eles traduzem na organização social as experiências trazidas do Brasil, pois, ao voltarem, compreendiam que não pertenciam ao ambiente ao qual estavam regressando. Não se sentiam em casa, mas deslocados, espacial e culturalmente, pertencentes a outro grupo social diferente daquele que viveu a dura experiência da escravização e do exílio. Ao sobreviverem a tais experiências, sentiam-se fortes e vencedores das adversidades. Eram, então, os que já haviam, de alguma forma, pisado o solo brasileiro, o espaço da dor e da opressão, e retornado. Kehendi relata esta experiência:

Eu percebia que estavam curiosos em relação à minha vida de escrava, o que acontecia, o que faziam conosco, mas não tinham coragem de perguntar. Mais tarde eu percebi o motivo, pois, na cabeça deles, todos os retornados deviam se envergonhar de terem sido escravos algum dia, mesmo que no momento se encontrassem em condições muito melhores do que quem nunca tinha partido. (GONÇALVES, 2006, p. 755).

Produzindo um patrimônio cultural híbrido, essas pessoas permanecem entre fronteiras: sociais, linguísticas e culturais, entre a aceitação e a negação, entre a tradição e a tradução. Entretanto, reescrevem sua história e criam espaços de visibilidade e novas formas de resistência as imposições nacionais, pois foram capazes de construir a sua própria “comunidade imaginada” dentro de um espaço de adversidades e exclusão.

Essas trocas culturais e espaciais também podem ser consideradas como elementos propulsores de desenvolvimento social, econômico, cultural e mesmo espacial, tanto para os territórios africanos, quanto para o brasileiro, apesar do alto custo pago por essas pessoas que com suas vidas transformaram o mundo e constituíram a base das sociedades atuais, lá e cá. Independente de ser considerada uma experiência boa ou ruim, são consequências do processo de diáspora e do sofrimento imposto a milhões de pessoas.

### **2.3 Estudos feministas e de gênero**

Estranho pensar que todas as grandes mulheres da ficção, até a época de Jane Austen, eram não apenas vistas pelo outro sexo, como também vistas apenas em relação ao outro sexo. E que

parcela mínima da vida de uma mulher é isso. (WOOLF, 1985, p. 109).

Até aqui lidamos com conceitos relacionados mais a raça e etnia, do que com as questões de ser mulher ou, do papel da mulher como escritora ou personagem e as questões de gênero, que não se referem somente a estas, mas aos seres humanos de modo geral.

Stuart Hall, em sua obra **A identidade cultural na pós-modernidade** (2006), afirma que na modernidade tardia (iniciada na segunda metade do século XX), com relação ao pensamento houve cinco grandes avanços, que ele denomina descentramentos, que retiraram homens e mulheres de suas zonas de conforto, e abalaram profundamente a noção de sujeito cartesiano. (HALL, 2006, p. 34).

O quinto e último descentramento, apontado por Hall diz respeito ao “impacto do feminismo, tanto como crítica quanto como movimento social”. Segundo Hall, o feminismo está associado a outros movimentos da época, mas, ele teve uma relação mais direta com a descentralização do sujeito cartesiano e sociológico. De acordo com ele, o movimento feminista apresenta à época as seguintes características:

- Ele questionou a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora", o "privado" e "público". O slogan do feminismo era: "o pessoal é político".
- Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.
- Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).
- Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.
- O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a "Humanidade", substituindo-a pela questão da diferença sexual. (HALL, 2006, p. 46, 46).

Virgínia Maria Vasconcelos Leal no artigo *O feminismo como agente de mudanças no campo literário brasileiro*, afirma que: “Ser uma escritora contemporânea é dialogar com a história da inserção da mulher no campo literário, considerando-se a atuação dos movimentos feministas como força social.” (LEAL, 2010, p. 183).

Desta maneira, pode-se afirmar que Ana Maria Gonçalves, ao dar voz a sua protagonista, mulher e negra, demonstra o olhar de uma mulher sobre a vida de outras

mulheres, e as implicações de ser mulher em uma sociedade patriarcal e escravocrata, que buscava de todas as formas restringir o papel das mulheres brancas a hábeis donas de casa, e o das mulheres negras a amas de leite, burros de carga ou objeto sexual do seu senhor. Ela visibiliza e traduz o desejo dessas mulheres que há vários séculos já lutavam por um teto e suas quinhentas libras, como escreve Virgínia Woolf em *Um teto todo seu*.

O feminismo trouxe para a esfera pública o que antes sempre fora privado, a mulher e suas relações sociais e interpessoais, a busca de “um teto todo seu”, que ela almeja desde sempre, mas que ainda hoje, já no século XXI, um grande número delas ainda não conseguiu obter.

“Gênero” é um termo que se refere especificamente às pessoas e suas relações humanas. Explica os comportamentos de mulheres e homens na sociedade, permitindo a compreensão dos problemas enfrentados nas relações sociais. Teresa de Lauretis afirma que gênero: “(...) é a representação de uma relação (...) constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer. (LAURENTIS, 1994, p. 210-211).

Os estudos feministas e de gênero aparecem como consequência natural do feminismo, que avançou para o espaço da teoria, tornando-se mais complexo e ao mesmo tempo abrangendo outros campos, como o da teoria literária. Nesse campo, destaca-se Showalter, com o ensaio *A crítica feminina no território selvagem* (SHOWALTER, 1994, p. 44), no qual afirma que muito recentemente apenas surgiu a base teórica da crítica feminista. No Brasil, os estudos feministas e de gênero surgiram na década de 1980. Quando inglesas, francesas e americanas ligadas a essa teoria, já haviam vivenciado três fases distintas. Na primeira, havia uma preocupação com a misoginia da prática literária e a denúncia da marginalização da mulher no processo de formação do cânone literário ocidental. Na segunda fase, buscava-se evidenciar e recuperar as autoras e obras que tinham sido marginalizadas principalmente no século XIX. Já a terceira fase, enfatiza a análise da construção de gênero e busca revisar os conceitos dos estudos literários além das teorias masculinas. Essas fases e orientações propostas pelas feministas estrangeiras funcionaram como paradigmas aos estudos de críticas literárias feministas no Brasil. (LIMA, 2010, p. 62, RIBEIRO, 2006, p. 25-26).

Nas palavras de Rita Felski, a literatura faz parte da própria vida:

[...] as críticas feministas acreditam que a dimensão estética inclui tanto os temas quanto as formas, tanto os significados sociais quanto os anseios psíquicos. Elas são céticas em relação à visão de que a experiência estética possa ser completamente desinteressada, despida de qualquer referência ao mundo ou de fortes sensações prazerosas. Podemos apreciar na literatura o que não apreciáramos na vida; a arte não é um mero espelho ou documento do mundo social. Ainda assim nossos gostos estéticos e inclinações não podem ser completamente separados de nossas vidas e interesses como seres sociais. As críticas feministas concordariam com a observação de que a experiência estética é inseparável da memória, do contexto, do significado, e também do que somos, onde estamos, e de tudo o que já aconteceu conosco. (FELSKI, 2003, p. 142).

## 2.4 Sororidade

"Eu sou o que sou através de você e você é através de mim" talvez seja o valor que melhor traduz e desnuda as relações entre, nós, mulheres negras. Somos irmãs que se veem umas nas outras, meninas mulheres da pele preta que juntas se fortalecem e trilham juntas o caminho da compreensão, do amor, da resistência. Nós somos fortes porque outras mulheres nos fortalecem e nos mostram que temos valor, que não há vergonha na nossa pele, na nossa cor, nos nossos traços, e que não somos a carne mais barata do mercado. A nossa maior revolução é nos amarmos, e celebrarmos a magnitude e beleza de nossa ancestralidade.

A citação acima, retirado do texto *Sororidade negra: laços invisíveis*, do blog Adital, escrito por Fernanda Sousa e Mariana Pimentel, descreve um pouco do que seja a sororidade: *União entre mulheres que se reconhecem irmãs formando um grupo político e ético na luta pelo feminismo contemporâneo*. (Do Wikidicionário).

É a busca da superação de preconceitos de raça e gênero, entre outros que une as mulheres, não apenas na contemporaneidade. Essa é uma das dimensões do feminismo trabalhada por Ana Maria Gonçalves em seu romance, quando demonstra a disposição das mulheres, mesmo as escravizadas, em cuidar umas das outras, em assumir a maternidade que pertencia a outras, cuidando e protegendo os filhos e filhas de homens e mulheres que são impedidos de conviver com sua prole. É o que se verifica nas palavras de Kehinde:

Alguns dias depois, quando eu estava chegando da fundição, a Esméria apareceu para me ver e dar um longo abraço com os olhos cheios de lágrimas, e comentou que eu estava emagrecendo. Desde então, era comum encontrar-me esperando na baía alguns pães, bolo, ou mesmo leite, que a Esméria sabia ser do meu gosto, e que eu sempre dividia com as minhas companheiras. Foi assim que ganhei a confiança e a consideração da Felicidade, que tinha treze anos e era nascida na fazenda mesmo, não sabia quem era seu pai e sua mãe tinha morrido quando ela estava com sete anos, a mesma idade com que perdi a minha. Desde então a Rosa Mina cuidava dela na qualidade de tia, pois era irmã de santo da

sua falecida mãe. A Felicidade disse que todos respeitavam muito isso, a irmandade nos santos, já que, por vários motivos, os parentes de verdade quase nunca conseguiam ficar juntos. Ou por alguns terem ficado em África, ou por terem sido comprados separados quando chegaram ao Brasil, ou por terem sido revendidos para outros donos ou deixados em herança para pessoas diferentes. (GONÇALVES, 2006, p. 118).

O combate à indiferença, gerada por todo um contexto de exclusão e adversidades, está presente em *Um defeito de cor*, desde o momento em que as gêmeas e sua avó deixam sua casa após a tragédia ocorrida com seus familiares, ainda em África, passando, pelo período a bordo do navio negreiro, a vida como escrava na ilha de Itaparica.

Kehinde durante toda a narrativa teve, mesmo quando perdeu toda a família, a proteção de outras mulheres, mulheres mais velhas, mais experientes, que mesmo em momentos de sofrimentos, que pareciam impossíveis de serem superados, representaram um diferencial em sua vida, algumas até mesmo assumindo o risco de serem brutalmente castigadas por seus senhores. Ela tinha consciência de que, mesmo estando em terras estrangeira, poderia contar com alguma “irmã” negra, como explicita os exemplos abaixo:

Não estava mais na minha terra, não tinha mais a minha família, estava indo para um lugar que não conhecia, sem saber se ainda era para presente ou, já que não tinha mais a Taiwo, para virar carneiro de branco. A Tanisha disse que eu sempre poderia contar com ela, que poderia ver nela a mãe, a avó e a irmã perdidas. (GONÇALVES, 2006, p. 61).

A Esméria tentou interceder por mim, dizendo que era só uma boneca e que eu era só uma criança, mas a sinhá deu um tapa no rosto dela e disse que, se abrisse a boca para dizer mais uma só palavra, iria para o tronco como os bichos da senzala grande, onde, aliás, era o lugar do bicho que eu era, igualzinha a eles. E que eu deveria agradecer por ela não mandar acender uma fogueira usando meu corpo como carvão, para atizar o fogo. (GONÇALVES, 2006, p. 104).

E não apenas no papel de mães, mas de irmãs, companheiras, amigas que se apóiam num mundo tão cruel e solitário, no qual muitas vezes, as misérias alheias passam a ser vistas como algo comum.

E é isso que nos propõe Ana Maria Gonçalves ao estender seu fio de Ariadne, com o qual vão sendo tecidas e resgatas as memórias dos afrodescendentes brasileiros e africanos. A exposição desses fatos que arrancaram das pessoas a humanidade, a dignidade, transformando suas vidas, que não aparem na nossa História.

### **CAPÍTULO 3**

## **LITERATURA E HISTÓRIA – (RE)CONSTRUINDO A MEMÓRIA DOS AFRO-BRASILEIROS POR MEIO DA METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

A história é uma seleção natural. Versões mutantes do passado lutam pelo domínio; surgem novas espécies de fato, e as verdades antigas, antediluvianas, ficam contra a parede, com os olhos vendados, fumando o último cigarro. Só sobrevivem as mutações dos fortes. Os fracos, os anônimos, os derrotados deixam poucas marcas. [...] A história só ama aqueles que a dominam: é uma relação de escravidão mútua. (RUSHDIE, Salman, 1991).

Por mais de trezentos anos, os europeus e, mais tarde, o Brasil, conseguiram conviver e justificar o injustificável: a escravização de seres humanos. Eles, os dominadores, não se importaram, em nenhum momento, com a crueldade utilizada como forma de submissão e nem com os problemas ocasionados aos seres que eram vítimas de suas práticas cruéis. Ainda hoje os afrodescendentes sofrem as consequências terríveis daquele processo de escravidão e se empenham numa luta desigual por reconhecimento e valorização. “Este é um retrato imperfeito de uma situação mais grave, a qual tem sido realidade em todo o decorrer de nossa história. Dessa realidade é que nasce a necessidade urgente do negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser.” (NASCIMENTO, 1980, p. 255).

Africanos escravizados, sem dúvida, formaram a base desta classe trabalhadora por mais de três séculos. Mas não eram uma multidão ou

massa trabalhadora – sem rosto ou forma – como ainda insistem em dizer alguns manuais. Por detrás da coisificação jurídica e social, milhões de africanos redefiniram suas identidades, os mundos e a cultura do trabalho. (GOMES, 2006, p. 116).

Desde a discriminação institucionalizada, as teorias científicas sobre a inferioridade dos negros por seu fenótipo. As tentativas de branqueamento da população brasileira no século XIX, passando diariamente pelo genocídio de negros nas periferias, a propagação de que no Brasil não existe discriminação racial, mas extraoficialmente, existem “raças” diversas, e que essas se subdividem em superior e inferiores, até a valorização do racismo na busca de tornar o povo brasileiro o mais claro possível e aproximá-lo do ideal europeu, pouco foi feito para reparar todo o mal provocado por este surto de irracionalidade que acometeu diversas nações.

Kehinde faz o registro do quadro de exclusão social e de abandono das pessoas idosas nas ruas:

Desde que eu tinha começado a correr as ruas com o padre Heinz falando sobre a escola, percebi o grande número de velhos nas ruas. A maioria estava doente e não servia para trabalho algum, e seus senhores, fingindo que faziam uma grande caridade, davam a alforria e mandavam todos para as ruas, para morrerem por lá. Um gasto a menos com roupa e comida. Os velhos disputavam o espaço e a parca esmola com os inválidos, os doentes, os aleijados, as crianças mandadas mendigar por seus pais ou senhores e os vagabundos que não queriam saber de trabalho, pretos ou brancos. (GONÇALVES, 2006, p. 301.).

O fenótipo negro remete geralmente à questão da escravização, a uma massa de seres ditos inferiores, pacíficos e preguiçosos, que pela cor de sua pele, são predestinados ao fracasso, sem direito a ter ou exercer o poder. Uma minoria dominante legitima-se, no Brasil, pela alegada superioridade da raça, da religião e do seu nível econômico. Considera-se a única detentora do poder político.

A história de nossa população negra é tragicamente marcada pela violência física e simbólica, pela negação de identidades. Seu espaço geográfico e social é a periferia dos mocambos, e quilombos, à favela onde falta tudo espaços de dor, sofrimento e exclusão onde quer que o negro se encontre.. Mesmo assim, esta população malsinada não perdeu a esperança nem a capacidade de sonhar, a confiança no porvir. Busca-se respeito e explicação para uma situação de tal modo absurda, que transformou seres humanos em coisas e objetos. “(...) nunca dizendo nada que não fosse perguntado, nunca fazendo o que não



fosse pedido e nunca desobedecendo ou questionando, mesmo quando achasse que uma ordem estava errada ou injusta”. (GONÇALVES, 2006, p. 76).

Essas explicações devem vir por meio da história, uma nova história, contada também pela literatura, também pelas mulheres, já que a historiografia brasileira insiste em invisibilizar grandes momentos do protagonismo negro. Foram muitos os expedientes empregados no processo de resistência:

[...] a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população. (AJAYI, 2010, p. XXV).

E para quem pensa que a história dos quilombos no Brasil ficou no passado, se engana. De acordo com Nascimento, como forma de resistência e consciência de luta política, o modelo quilombista permanece vivo e atuante, pois se a escravização física passou, a social e moral permanecem em práticas diárias referendadas pela discriminação racial, à qual são submetidos os negros no Brasil.

Condenada a sobreviver rodeada ou permeada de hostilidade, a sociedade afro-brasileira tem persistido nesses quase 500 anos sob o signo de permanente tensão. Tensão esta que consubstancia a essência e o processo quilombista”. (NASCIMENTO, 1980, p. 264).

Joseph Ki-Zerbo, na introdução geral à coletânea *História Geral da África*, afirma algo extremamente importante quanto ao processo de resgate da história do povo africano. Sua afirmação serve a todo projeto de reconstituição ou reconstrução histórica de povos que foram invisibilizados, silenciados e ignorados na construção histórica e cultural de determinadas nações, como é o caso dos negros africanos e seus descendentes no Brasil. Ele alerta sobre o desejo de reparação:

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

É isso que se deve ter em mente, ao rediscutir uma história marcada por desastrosos de todos os tipos, que coisificaram seres humanos, transformando-os em brinquedos, burros de carga, objetos sexuais entre outros. É o que se constata no relato de Kehinde sobre as “segundas intenções” de sua sinhá:

A sinhazinha me olhou com certo interesse, mas não retribuiu meu sorriso, provavelmente tinha me achado menos interessante e muito mais feia que os outros brinquedos, porque foi isso que a Esméria disse que eu seria para ela, um brinquedo, e era como tal que eu deveria agir, ficar quieta e esperar que ela quisesse brincar comigo, do que ela quisesse. (GONÇALVES, 2006, p. 78).

### 3.1 Estabelecendo vínculos

Por alguns séculos, a classe hegemônica do Brasil resistiu a reconhecer o negro como ator e agente de nossa história. Isto se reflete nas políticas da administração pública adotadas pelo nosso sistema de governo durante séculos. Aos negros foi negado o direito, se não na teoria, mas, com certeza, na prática, de ocupar os elevados cargos e funções da República. Abriu-se um cenário de mudanças nessas últimas décadas, com a perspectiva de recuperação dos espaços negados a milhões de cidadãos negros. É que houve um deslocamento do discurso para o terreno dos fatos. É o que constata Pesavento:

O historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os “descobre”, fazendo-os sair da sua invisibilidade. A título de exemplo, temos o caso do negro, recuperado como ator e agente da história desde algumas décadas, embora sempre tenha estado presente. Apenas não era visto ou considerado, tal como as mulheres ou outras tantas ditas “minorias”. (PESAVENTO, 2006, p. 23).

A aproximação entre história e literatura é algo que tem sido discutido há séculos. As duas já foram em determinado momento do desenvolvimento humano consideradas como “ramos de uma mesma árvore”, com o objetivo comum de produzir conhecimento por meio da análise e da construção de discursos. Porém, seguiram ao longo do processo histórico caminhos diversos, refutando as semelhanças e enfatizando diferenças. O discurso histórico e o literário possuem aproximações e distanciamentos que tecnicamente

impedem sua unificação. Ainda que a matéria-prima de ambas seja a palavra, seus objetivos são distintos.

Já na Antiguidade Clássica, Aristóteles, o primeiro a estabelecer a diferença entre poesia e história, afirmava que:

[...] não é ofício do poeta narrar o que aconteceu, é sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...], diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história (ARISTÓTELES, 1984, p.145).

Na concepção aristotélica, a literatura tem, portanto, maior relevância do que a história. Hayden White acrescenta à opinião de Aristóteles que:

Os historiadores se ocupam de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (WHINTE, 2001, p.137).

Constata-se, assim, que o campo de atuação do literato é mais amplo, podendo ele tanto versar sobre questões de cunho histórico, quanto sobre as de cunho fictício, sentimental, relevantes apenas para o autor, ou de importância universal.

A pesquisadora Sandra Pesavento, discorrendo sobre a questão, afirma que:

Sem dúvida, sabemos do potencial mágico da palavra e da sua força em atribuir sentido ao mundo. O discurso cria a realidade e faz ver o social a partir da linguagem que o designa e o qualifica. Já o texto de ficção literária é enriquecido pela propriedade de ser o campo por excelência da metáfora. Esta figura de linguagem, pela qual se fala de coisas que apontam para outras coisas, é uma forma da interpretação do mundo que se revela cifrada. Mas talvez aí esteja a forma mais desafiadora de expressão das sensibilidades diante do real, porque encerra aquelas coisas “não-tangíveis” que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopia, pelos medos e angústias, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro. Neste sentido, o texto literário atinge a dimensão da “verdade do simbólico”, que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa. (PESAVENTO, 2006, p. 23).

Muitos foram os autores que ao longo dos séculos buscaram este vínculo entre história e literatura, demonstrando que a vida em sociedade é baseada em uma continuidade discursiva que não impede a convivência em um mesmo espaço do real e da ficção.

Produzindo o que se denominou de *romance histórico*, no qual o pano de fundo é a luta de classes, e no qual estética e história são tidos como equivalentes, autores de obras literárias vão compor painéis sociais múltiplos, interligando história e ficção. Nessa modalidade, as personagens históricas são secundárias, sendo o protagonismo destinado às diferentes classes sociais e suas interações. Mas nem por isso são textos que problematizam a história.

Os acontecimentos históricos não são estáticos, congelados em algum momento da vivência humana. Impossível, portanto, apreendê-los em sua essência, pois, “Eles são fugidios, escapam, deixam algumas marcas e arranhões, mas nos legam principalmente lacunas e silêncios.” (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 47). São essas lacunas e esse silêncio, que a literatura busca preencher por meio da representação.

### **3.2 Romance histórico**

No início do século XIX, surge o romance histórico, com obras de grandes autores como Walter Scott, Alexandre Dumas, Alexandre Herculano e Leon Tolstói. Com ele, dá-se início a procedimentos narrativos capazes de reconstituir com detalhes os componentes sociais e culturais que marcam determinados períodos da história. É o que constata Figueiredo:

O chamado romance histórico clássico, cujo paradigma, segundo Lukács, é ditado pela obra de Walter Scott, surge, então, num contexto de profunda fé historicista: o pensamento histórico predominante se alimenta do entusiasmo com uma apreensão realista do mundo. O romance histórico integra o elenco das grandes narrativas de consolidação do sentimento nacional e, ao mesmo tempo, de legitimação do impulso universalizante do Ocidente. O século XIX foi o momento de construção da tradição europeia, ou seja, de construção de imagens de um passado privilegiado que fundamentasse as atitudes culturais do presente e lançasse as bases de uma autoridade das nações do continente europeu: [...]. (FIGUEIREDO, 1994).

O romance histórico clássico tem sua origem no século XIX. Ele surge num momento de transformações sociais, políticas e econômicas na Europa, como representação de um passado histórico capaz de consolidar o nacionalismo emergente entre as classes populares. Segundo Georg Lukács, na França foi a partir da revolução burguesa e da dominação napoleônica que a consciência histórica aflorou como parte do sentimento nacionalista. (LUKÁCS, 1965 p. 24). Este funciona, pois, como um dos elementos de reconstrução de um passado privilegiado que justificava atitudes culturais e políticas do presente, visando a balizar as ações europeias como as de uma autoridade constituída por meio de uma tradição.

Vem de Lukács uma das definições do que seria um romance histórico, com as características e a relevância de tal narrativa. Segundo ele:

No romance histórico (...) trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional (...) que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações (...) são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial. (LUKÁCS, 2000, p. 60).

O romance histórico depende da história para existir. Esta vai produzir o que Roland Barthes denomina “o efeito do real” aplicado a personagens e fatos. Nesse tipo de romance, há a coparticipação em um mesmo espaço diegético de eventos e personalidades históricas e de eventos e personagens fictícias, imaginadas. É uma narrativa na qual o protagonista geralmente é uma personagem tipo e onde as personagens históricas são relegadas ao segundo plano, tendo como função ajudar a situar a narrativa à época em destaque.

As figuras marginais, ainda que tenham valor inegável no contexto, nunca são alçadas à função de protagonistas. Há o distanciamento emocional dos fatos, uma vez que estes se passam num tempo anterior à existência do autor, evitando subjetividades, e fortalecendo o caráter de veracidade e sinceridade do sujeito da enunciação.

### 3.3 Metaficção historiográfica

O desafio de (re)construir a história, por meio do fazer literário, eis o que propõe a metaficção historiográfica, estratégia utilizada por Ana Maria Gonçalves em *Um defeito de cor*.

Ao tratar de metaficção historiográfica na obra de Gonçalves, analisa-se um fenômeno pós-moderno da literatura, que consiste em quebrar o dogma da verdade absoluta e inquestionável. As narrativas metaficcionais são radicalmente críticas e irônicas em relação à história tradicional escrita segundo o viés da classe dominante. Huchon referindo-se à expressão que dá título a este item, pontua:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos [...] Na maior parte dos trabalhos de crítica sobre o pós-modernismo, é a narrativa – seja na literatura, na história ou na teoria – que tem constituído o principal foco de atenção. A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios, ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. (HUTCHON, 1991, p. 21-22).

O filósofo Walter Benjamin, utiliza-se do quadro “*Angelus Novus*”, de Paul Klee, para representar o que ele denomina “anjo da História”, numa visão apocalíptica, que rompe com a ideia de uma história linear, produzida por um discurso de continuidade entre passado, presente e futuro, elaborado pelas estruturas de poder e difundidos como a única verdade.

Parece querer afastar-se de algo que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros arremessando-os diante dos seus pés. (BENJAMIN, 1985, p. 157-8).

Com esta imagem, Benjamin busca representar o caráter ideológico dos constructos históricos que, ligados diretamente às classes dominantes, tentam reafirmar a linearidade da história. A partir dessa consciência de escombros, caos e ruptura adentra-se a contemporaneidade, na busca de explicações, de justificativas para um presente, no qual se

tem ainda, por parte de grupos hegemônicos, a pretensão da escrita de uma história linear e de mão única, a dos vencedores.

A linearidade não cabe no tempo presente, como também não coube no tempo passado, outras histórias foram contadas, ainda que desconsideradas ou apagadas pela elite econômica, intelectual e política de nosso país.

Os escombros, ao serem revolvidos, remexidos por parte de observadores mais atentos, revelam muito mais do que aquilo que estava disponível aos olhos, pois escondem mazelas humanas produzidas em nome de um progresso e de uma modernidade alinhados com os interesses das classes dominantes.

Nas palavras de Renato Ortiz, há uma seleção de discursos históricos, hegemônica intencional, que atende a determinadas demandas de ordem política e social, às vezes incompreensíveis para a população em geral, mas essencial para a manutenção de privilégios materiais e ideológicos. “A construção da memória nacional se realiza através do esquecimento. Ela é o resultado de uma amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodas e menos consensuais.” (ORTIZ, 1994, p. 139).

Na pós-modernidade, encontram-se recursos e discursos capazes de rasurar e subverter o discurso histórico tradicional. São discursos periféricos e vozes dissonantes, presentes na própria história, na literatura, na cultura e em outras áreas que contribuem para a emergência de uma nova ordem, na qual outras personagens, o “outro” da história e das relações sociais, reivindicam seu lugar na releitura dos fatos.

Há alguns anos, especificamente a partir de 1960 segundo Linda Hutcheon, surgiu o processo de construção literária denominado metaficção historiográfica, o qual diferentemente do romance histórico, busca por meio da subjetividade questionar os eventos históricos, até porque na concepção de Hutcheon, e de outros estudiosos da contemporaneidade, tanto história quanto literatura são construções subjetivas, cada uma a seu modo e utilizando-se de procedimentos específicos é claro.

Em *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*, a autora afirma que:

[...] as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. Mas esses também são os ensinamentos implícitos da metaficção historiográfica. Assim como essas recentes teorias sobre a história e a ficção, esse tipo de romance nos pede que

lembramos que a própria história e a própria ficção são termos históricos e suas definições e suas inter-relações são determinadas historicamente e variam ao longo do tempo. (HUTCHEON, 1991, p. 142).

Ainda de acordo com Hutcheon, o processo de metaficção historiográfica consiste na apropriação pelo autor de personagens e acontecimentos históricos com o objetivo de problematizá-los, levando ao questionamento e reflexão de acontecimentos históricos oficiais.

Nesse sentido, rompendo com a divisão estabelecida por Aristóteles, entre poesia e história, a metaficção historiográfica produz a releitura do passado sob uma perspectiva contemporânea, buscando uma leitura crítica à luz de conhecimento do presente, criando-se uma literatura que problematiza a história. “Esse tipo de romances instalam, e depois indefinem a linha de separação entre ficção e história.” (HUTCHEON, 1991).

Trata-se de uma literatura que se dissocia do silêncio histórico, que emerge não do grupo hegemônico, mas da contramão, não da história, mas do poder outorgado a quem escreve tanto a literatura quanto a história. Como nos explica Aline Gonçalves:

Em entrevista à revista da União Nacional de Estudantes, em 1981, Clóvis Moura ressaltou a necessidade de rever a historiografia brasileira. —Nos compêndios de História deveriam constar como heróis Zumbi, Pacífico Licutã (um dos heróis da revolução de 1835), Elesbão Dandaró (também líder dessa revolta), Luís Sanin, Luísa Mahin (mãe de Luís Gama)!, afirmou, destacando aqueles que ele considerou heróis ocultados pela história do país. Esta entrevista de Moura, apesar de datada de 1981 ainda se fez atual em 2010, pois as mudanças sugeridas pelo historiador continuavam sendo reivindicadas, apesar de algum avanço já ter sido notado neste sentido — o livro de Ana Maria Gonçalves, por exemplo, atendeu a este apelo pelas vias da literatura (GONÇALVES, 2011, p. 80).

É ainda baseando-se na obra de Linda Hutcheon, que buscamos identificar os pressupostos da metaficção historiográfica. A personagem é vista como “ex-cêntrica”, uma figura periférica ou marginal, mas jamais “tipo”. É uma personagem, ainda que deliberadamente construída para não ser o centro, que possibilita a releitura histórica, rompendo com a tradição e possibilitando a introdução do discurso das minorias, das margens, do descontínuo. Aproveita-se das verdades, mentiras e meias-verdades históricas, para criticar, fazer refletir e problematizar tanto a história quanto a literatura.

A metaficção historiográfica refuta os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre o fato histórico e a ficção. Tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistema de



significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm sua principal pretensão à verdade. (HUTCHEON, 1991, p. 127).

Justamente com o texto metaficcional *Um defeito de cor*, Ana Maria Gonçalves busca quebrar esse silêncio e silenciamento históricos. Por meio de uma pesquisa histórica vasta e diversificada, ao longo de dois anos, foi possível a ela compor esse mosaico histórico, não como simples compilação ou reprodução de fatos e acontecimentos do Brasil do século XIX, além das consequências de fatos anteriores a esse período, mas que produziram reflexos e efeitos no século XIX, e que ainda repercutem na atualidade.

Hutcheon afirma que:

A metaficção historiográfica [...] ressalta a natureza discursiva de todas as referências – literárias e historiográficas. O referente é sempre já inserido nos discursos de nossa cultura. Isso não é motivo de desespero; é o principal vínculo do texto com o “mundo”, um vínculo que reconhece sua identidade como construto, e não o simulacro de um exterior ‘real’. Mais uma vez, isso não nega que o passado ‘real’ tenha existido; apenas condiciona nossa forma de conhecer esse passado. Só podemos conhecê-lo por meio de seus vestígios, de suas relíquias. (HUTCHEON, 1991, p. 158).

A respeito da Independência do Brasil, por exemplo, narra Kehinde:

Em uma manhã de primavera, e de setembro, primeiro chegou o barulho de rojões e de tiros de canhão, e depois a notícia de que o Brasil estava livre de Portugal. Isso foi comemorado em surdina na casa, pois era notícia que não queriam que chegasse à senzala grande, com medo da empolgação dos pretos. Mas o Tico e o Hilário ficaram sabendo e correram para contar, o que de fato provocou certa inquietação, sendo preciso que o capataz Cipriano fosse alertar o sinhô José Carlos sobre a euforia dos pretos que, não entendendo direito o acontecimento e atendo-se à palavra "liberdade", queriam saber como é que ia ficar a situação deles. (GONÇALVES, 2006, p. 1680).

Em busca desses vestígios e relíquias verdadeiras é que parte Gonçalves ao realizar uma pesquisa de cunho histórico bastante densa, como nos revela no fim de sua obra, ao listar os títulos consultadas para a construção de sua saga afro-brasileira.

O que os romances pós-modernos fazem, além de chamar a atenção para o papel do ex-cêntrico, do marginal, da fronteira, de tudo aquilo que ameaça a ilusória segurança dos centrados de nossa cultura, é mostrar a responsabilidade dos historiadores e romancistas em fabricar, criar significados por meio de representações. (RIBEIRO, 2009, p. 78).

Construção literária que nos é revelada por meio de textos históricos e literários comprometidos em descortinar uma realidade, ainda que passada, revela muito do que somos e porque somos hoje, independente de sermos brancos ou negros.

De acordo com Flávio Gomes, os negros escravizados, apesar da ideia corrente de que eram seres pacíficos, submissos e desmotivados, não aceitavam passivamente os castigos e maus-tratos a que eram constantemente submetidos.

Houve todo um esforço de revisão sobre os aspectos da suposta ideia de docilidade dos cativos e do caráter brando da escravidão no Brasil. Com uma importância marcante, uma corrente historiográfica surgida no final dos anos 1950 teve um profundo impacto quanto aos estudos sobre os movimentos dos escravos e a ideia de política. Primeiro e originalmente com a obra de Clovis Moura, e depois com os estudos de Alípio Goulart, Luís Luna e Décio Freitas, as formas de resistência seriam revisitadas numa perspectiva de luta de classe, na qual as ações de protestos significavam os enfrentamentos de escravos contra os desmandos senhoriais. Em tais estudos procurar-se-ia dar destaque às diversas formas de protesto, sendo que os quilombos assumiriam o papel principal nas análises sobre a rebeldia escrava. (GOMES, 2005, p. 112).

Um dos exemplos é o Levante dos Malês, rebelião negra ocorrida em 1835, na Bahia. Para João José Reis:

A maioria dos adeptos do Islã baiano não eram ferozes separatistas, como quiseram retratá-los diversos estudiosos da rebelião. Os mais militantes talvez exagerassem na defesa de seus pontos de vista religiosos, mas tanto para estes quanto para os demais a vida tinha outras dimensões igualmente relevantes e valiosas. Além da ideologia religiosa, outras linhas de integração e solidariedades coletivas teciam o comportamento dos africanos, muçulmanos ou não, fatores como a identidade étnica e a experiência da escravidão. Entendidas nesse quadro maior, as disputas religiosas representavam um elemento de dinamismo no interior da comunidade africana, que abrigava uma imensa riqueza cultural, uma pluralidade de visões deste e do outro mundo. Os malês nunca chegaram a ameaçar esta pluralidade e não temos prova de que o monopólio religioso fosse seu principal objetivo em 1835 ou em qualquer outro momento. [...] Além da dimensão religiosa, que certamente teve, a rebelião se caracterizou por outros importantes fatores que se entrelaçaram com o religioso. O fator étnico foi um deles (REIS, 2003, p. 245).

Eis um momento histórico privilegiado em *Um defeito de cor*:

Eu estava muito confiante, como todas as pessoas dentro da loja, e só esperava não ter que matar ninguém, o que seria mais difícil, pois a

ordem era acabar com qualquer pessoa que tentasse nos impedir de seguir adiante, fosse ela branca, preta, liberta, escrava, mulata, homem, mulher, velho ou criança. Quem não estava a favor da rebelião estava contra, e por isso não merecia viver as conquistas que ela nos proporcionaria. Devíamos evitar os prédios ocupados por soldados e só atacar aqueles que nos atacassem, porque eles eram mais bem armados que nós, que tínhamos muitos facões e espadas e pouquíssimas armas de fogo (GONÇALVES, 2007, p. 521).

Amauri Rodrigues da Silva afirma em sua tese de doutorado, analisando a obra *Um defeito de cor*, e nessa, a revolta dos Malês que:

Sedimentado sobre aspirações de primazia sociopolítica e cultural, esse episódio representa uma passagem em que o negro desempenhou, em especial na busca de uma conscientização, um papel atuante em prol da consecução de sua respeitabilidade e da revisão de um quadro que lhe era desfavorável em todos os aspectos. (SILVA, 2010, p. 44).

Tratado geralmente como episódio de caráter religioso, não o deixa de ser, mas esse é apenas mais um dos componentes presentes nesse movimento liderado por mulçumanos, que evidenciam um poder de articulação intelectual e cultural, que se fosse orquestrado por brancos, poderia ter sido considerado mais uma tentativa de instauração, talvez, da República.

Escravos sempre avaliaram o mundo a sua volta. Portanto, suas ações de enfrentamento não foram frutos da irracionalidade, dos castigos e maus-tratos. Cativos faziam política nas senzalas, nos quilombos, nas insurreições e nas cidades. (Gomes, 2005: p. 112).

Rodrigues (1968), em *A rebeldia negra e a abolição*, artigo publicado na Revista Afro-Ásia, afirma ser a rebeldia negra algo corriqueiro, e não esporádico, como a História fez crê, uma vez que fugas e formação de quilombos ocorriam, segundo ele, desde 1559, até a abolição. A existência de quilombos, diferente do que se imagina ou fazem imaginar, não era algo raro e presente em locais específicos do território brasileiro. Eles se espalharam por todo o Brasil, e interagiam não só com outros quilombos, mas também com alguns setores da população local, o que permitia integração, comércio e troca de informações entre grupos distintos, demonstrando a capacidade dos negros de se organizarem na busca de resgatar suas vidas e sua história. Nascimento destaca que:

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A

multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. (NASCIMENTO, 1980, p. 255).

João José Reis, sobre os africanos escravizados, demonstra um dos aspectos que não foi possível aos donos do poder usurpar, as estratégias de resistência e sobrevivência do povo negro:

Trata-se de um povo que soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor e às vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente (REIS, 1983, p. 107-123).

Essa atitude proposital de negar conhecimentos e contribuições dadas pelos africanos e seus descendentes, que se inicia com a exploração europeia na África, permanece ainda no século XXI como estratégia política, que acarreta a perda de referencial identitário de parte significativa de afrodescendentes, que não querem se ver associados a um grupo “historicamente derrotado”, racial e culturalmente inferiorizado e socialmente marginalizado. Quem quer?

Exatamente por ninguém querer tal associação é que se deve tornar público trabalhos como o de Gonçalves, e que também se devem realizar pesquisas que rompam com os estereótipos históricos e literários, redescobrimo este outro lado da historia, a resistência, a luta, a fuga, e, por que não, o sofrimento, atos esses que nos revela Ana Maria Gonçalves, ao descrever, por exemplo, que na época da proibição do tráfico negreiro para o Brasil, ocorria de retornarem a África, no mesmo navio em que havia sido feita a travessia, milhares de escravos em condições ainda piores que as da vinda, pois, sofriam o dobro dos que aqui ficavam.

[...] no fim de novembro, o Fatumbi chegou ao sítio com a notícia de que o governo brasileiro tinha decretado o fim do tráfico, e qualquer escravo desembarcado no Brasil seria considerado livre. [...] De início me pareceu uma boa novidade, mas o Fatumbi alertou que não era tão boa assim, pois, ao serem libertados, os escravos estariam chegando de viagem nas condições que eu bem conhecia, e teriam que enfrentar o caminho de volta. (GONÇALVES, 2006, p. 436).

Provavelmente, pouquíssimos chegavam ao destino final, pois além das doenças comuns a esses viajantes, havia a fome, a sede e o desinteresse dos que venderiam tal carga, já que não teriam mais nenhum lucro, só prejuízos.

## **CAPÍTULO 4**

### **LITERATURA E ESCRITURA EM UM ROMANCE AFRO-BRASILEIRO: DUPLA DISCRIMINAÇÃO FEMININA**

#### **4.1 Verossimilhança**

Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. (LUIZ GAMA).

Neste capítulo, busca-se analisar mais detalhadamente a obra, em seus aspectos estéticos e nas suas estratégias de escritura e de estrutura do romance.

Num primeiro momento, o que vale a pena destacar é o procedimento de verossimilhança. Para tanto, relembrem-se conceitos de verossimilhança nas palavras de alguns teóricos dos estudos literários. Veja-se a opinião de Lajolo:

A linguagem parece tornar-se literária quando seu uso instaura um universo, um espaço de interação de subjetividade (autorleitor) que escapa ao imediatismo, à predictibilidade e ao estereótipo das situações e usos da linguagem que configuram a vida cotidiana. (LAJOLO, 1981, p. 38).

Em sua *Poética*, Aristóteles afirma que: [...] Não é ofício do poeta narrar o que acontece; e sim o de representar o que poderia acontecer, o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade de sentido. (ARISTÓTELES, 1984). Segundo ele, o autor não tem compromisso com a realidade concreta, mas com o universo imaginário do qual é criador. Ele se utiliza de fatos ou dados reais como um mero jogo ficcional, que contribui para a mediação entre desejo e imaginário, sem compromisso com acontecimentos efetivamente ocorridos.

Moisés, em seu *Dicionário de termos literários*, conceitua verossimilhança como: semelhante à verdade – “Lat. *Veri*, verdade, *similis*, semelhante à. V. classicismo, maravilhoso.” (MOÍSES, 2004, p. 465).

No *E-dicionário de termos literários*, encontramos a afirmação abaixo de Luiz Costa Lima:

verossimilhança [...] sempre resulta de um cálculo sobre a possibilidade do real contida pelo texto e sua afirmação depende menos da obra que do juízo exercido pelo destinatário. A obra por si só não se descobre verossímil ou não. Este caráter lhe é concedido de acordo com o grau de redundância que contem. (LIMA, 1973).

Antonio Candido afirma que “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Para ele,

[...] o problema da verossimilhança no romance depende da possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que sendo uma criação da fantasia, comunicar a impressão da mais lídima verdade existencial (CANDIDO, 2002 p. 55).

Nem meramente reproduz, nem ignora, mas cria um amálgama que funde verdade e ficção, realismo e imaginação, num movimento constante, fluído e coerente, que faz com que se encontre sentido no texto, ainda que o narrado seja apenas facetas de uma imaginação criativa. Ainda segundo Candido:

A arte, e, portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade... (CANDIDO, 1972, p. 53).

A verossimilhança, portanto, é o caráter de verossímil, semelhante ao real, relativamente “verdadeiro”, ou parecido com ele. Na narrativa, o que está ligado ao campo das possibilidades simbólicas pode ser classificado como procedimento de verossimilhança. A narrativa precisa, sim, trabalhar com algum tipo de *verdade*, ou de realidade. Todavia, não se trata da verdade instrumental. Verossimilhança, nesse sentido, convive com a incerteza do vivido ou mesmo com a esperança de um provável vir a ser.

Pesavento afirma que as obras de ficção instauram a verossimilhança e a credibilidade, mas nem por isso, correspondem a uma veracidade. *Em Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*, ela afirma que:

[...] história e literatura são formas de dizer a realidade e, portanto, partilham esta propriedade mágica da representação que é a de recriar o real, através de um mundo paralelo de sinais, constituído de palavras e imagens (PESAVENTO, 2006, p. 7).

Gonçalves em *Um defeito de cor* constrói, desde o prólogo, um universo narrativo que oscila entre realidade e ficção, usando a verossimilhança como contraponto entre real e imaginário.

A maneira dos velhos *griots* africanos, a autora inicia seu texto por um prólogo em que nos conta uma história, antes da própria história, sobre uma outra história que acaba por suscitar dúvidas, desconfianças e o desejo de conhecer o desfecho de tão inusitado relato. Uma construção em abismo, na qual para se chegar ao centro se tem de vivenciar outras narrativas.

Um defeito de cor é fruto da serendipidade. Ele não só contém uma história, como também é consequência de uma outra história que, depois de pensar bastante, percebi que não posso deixar de contar. Até poderia, mas, além de não estar sendo honesta, também estaria escondendo o que ajuda a fazer deste livro um portador de histórias especiais. A primeira destas histórias aconteceu em janeiro de 2001, dentro de uma livraria. Eu estava na seção de guias de viagem procurando informações detalhadas e ilustradas sobre a cultura, o povo, a história e, principalmente, a música de Cuba. (GONÇALVES, 2006, p. 9).

Citando pessoas e lugares reais, conhecidos e partilhados por um grande número de indivíduos, Gonçalves cria o seu universo (in) verossímil misturando realidade e imaginação, imbricando as fronteiras entre realidade e imaginação, produzindo sobre o leitor um efeito eficaz por meio da verossimilhança ao reino da verdade ou pelo menos da confiabilidade.

Com o intuito de aguçar a curiosidade do leitor e convencê-lo de que está diante de uma monumental obra do acaso, a autora se apresenta como uma simples compiladora de manuscritos encontrados por ela ao acaso de uma incrível história, à qual necessita acrescentar algumas vezes elementos que foram suprimidos do texto ao longo do tempo, e pelo uso indevido de pessoas que desconheciam o valor intelectual e histórico dos mesmos. O romance expõe sua natureza metaficcional logo em seu início:

Acredito que poderia assinar este livro como sendo uma história minha, toda inventada — embora algumas partes sejam mesmo, as que estavam ilegíveis ou nas folhas perdidas, pois dona Clara me contou que Gérson amassava e jogava fora os desenhos dos quais não gostava. Se eu me apropriasse da história, provavelmente a autoria nunca seria contestada, pois ninguém até então sabia da existência dos manuscritos, nem em Itaparica nem alguns historiadores de Salvador para quem os mostrei. (GONÇALVES, 2006, p. 16).

Assim, dando-nos pistas verdadeiras ou falsas da provável autoria de tais manuscritos, Gonçalves nos transporta para o mundo mítico e ao mesmo tempo incerto dos escravizados, seus descendentes e sua história no tempo e no espaço. A autorreflexibilidade se mantém:

Depois de escrever e revisar este livro entreguei todos os papéis a uma pessoa que, com certeza, vai saber o que fazer com eles. Mesmo porque esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. Especula-se que ela pode ser apenas uma lenda, inventada pela necessidade que os escravos tinham de acreditar em heróis, ou, no caso, em heroínas, que apareciam para salvá-los da condição desumana em que viviam. Ou então uma lenda inventada por um filho que tinha lembranças da mãe... (GONÇALVES, 2006, p. 16).

Dessa maneira, ela põe em nossas mãos uma obra ambígua do ponto de vista da autoria e da realidade. Desde a apresentação, constrói a verossimilhança textual com base na apropriação do real, transformando este em ficção. Mas sempre deixa rastros que vinculam o mundo imaginário ao mundo real, sem nunca dar garantias totais ou convencer integralmente os leitores de seu romance.

Bem, agora fique com a história que, conforme prometi foi contada em primeira mão para dona Clara e sua família, em deliciosas tardes na praia de Amoreiras. Nunca é demais lembrar que tinham desaparecido ou estavam ilegíveis várias folhas do original, e que nem sempre me foi possível entender tudo que estava escrito. Optei por deixar algumas



palavras ou expressões em iorubá, língua que acabou sendo falada por muitos escravos, mesmo não sendo a língua nativa deles. (GONÇALVES, 2006, p. 17).

Acerca desse prólogo, no qual a autora dá todas as possíveis pistas que liga a realidade à ficção, Duarte (2009, p.17), afirma que:

O prefácio cumpre a função de paratexto metaficcional e com isto passa a integrar o enredo, recobrando-o com o velho artifício de emoldurar a criação com a aura do discurso testemunhal. A autora/prefaciadora se esconde atrás de sua personagem e ainda provoca o leitor: “torço para que seja verdade, para que seja ela própria a pessoa que viveu e relatou *quase tudo* o que você vai ler nesse livro.” (grifos nossos).

Ao proceder desta maneira, Gonçalves inclui-se numa sequência de autores europeus que da França, da Alemanha e da Inglaterra foram construindo esse efeito do real nas obras ficcionais, enriquecendo as obras literárias com um efeito de verossimilhança que, se já existia anteriormente na literatura, não era valorizado como passou a ser.

É o caso de Voltaire, Hoffmann, Charles Dickens, Victor Hugo e de todos os escritores realistas portugueses, entre eles Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano e Eça de Queiros, ou dos principais escritores brasileiros do século XIX e XX, como Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e até mesmo Jorge Amado e Érico Veríssimo.

Nossa autora está, por isso, em boa companhia e consegue, como todos esses mestres, convencer os seus leitores de que tudo o que narra aconteceu realmente.

## 4.2 Protagonismo feminino negro

O romance *Um defeito de cor* trata de escravização, dor, racismo, injustiças e opressão. Mas, acima de tudo, é um texto sobre mulheres, uma poética feminista e negra. Trata de mulheres que trazem à tona uma faceta nova da escravização, seres mágicos, arrancadas de seus lugares. São feiticeiras, benzedeiros, guerreiras, que vão inscrevendo com a tinta negra de seus corpos, ou com o vermelho do sangue derramado pelos seus, outra história, desconhecida e não reconhecida como valorosa ou digna de atenção ou de difusão.

A crueldade terrível a que foram submetidos os negros escravizados de nosso Brasil está exposta por Gonçalves na cena horripilante de mutilação da escrava Verenciana. Ao ler o texto, sente-se um golpe lancinante a prostrar qualquer ser humano:

A sinhá (...). Mandou que os homens segurassem a Verenciana com toda a força, arrancou o lenço da cabeça dela, agarrou firme nos cabelos e enfiou a faca perto de um dos olhos. Enquanto o sangue espirrava longe, a sinhá dizia que olhos daquela cor, esverdeados, não combinavam com preto, e fazia a faca rasgar a carne até contornar por completo o olho, quando então enfiou os dedos por dentro do corte, agarrou a bola que formava o olho e puxou, deixando um buraco no lugar. A Verenciana, que primeiro tinha urrado de dor, desmaiou nos braços dos que a seguravam, e a sinhá deu ordem para que eles não a soltassem, mantivessem em pé. Examinou o olho arrancado, limpou o sangue no vestido e disse que era bonito, mas que só funcionava se tivesse um par. Fez a coisa com o outro olho, guardando os dois no bolso, quando então disse aos homens que podiam levá-la e que não a deixassem morrer de jeito nenhum, porque ela tinha que saber o que significava sentir um filho crescendo dentro da barriga e depois não poder vê-lo, e também porque queria saber se o senhor seu marido ainda ia querer se deitar com uma preta sem olhos. (GONÇALVES, 2006, p. 106-107).

Está-se diante de uma cena de uma sinhá todo-poderosa, que decide sobre a vida e a morte, livre e impunemente, sem ter de prestar contas a ninguém. É o exercício do poder absoluto sobre o outro, do poder de mutilação total ou parcial do súdito, de que os déspotas, na história, puderam dispor.

O escândalo maior é, pois, o do coletivo e não o do individual. A dor do leitor centra-se mais nessa sociedade doente que permite tais barbaridades sem nenhuma consequência para os personagens vilões que perpetraram esses tresloucados gestos.

A motivação do crime também perturba quem se apodera desta história via literatura: uma “disputa de mulheres” (desigual) em que o objeto disputado, o homem, como se nota no trecho acima, fica preliminar e posteriormente incólume, inocentado e dispensado de qualquer responsabilidade pelo acontecido. A lágrima que escorre dos nossos olhos é muito mais pela situação, pelo contexto em que o fato se deu do que pelo sofrimento da personagem. O algoz, neste caso, é apenas uma peça infeliz da engrenagem. O Brasil do Segundo Império é patético, e nós nos envergonhamos dele hoje.

O relato de Gonçalves aviva em nós este sentimento de vergonha:

Quando o sinhô José Carlos entrou na casa e perguntou se tinha acontecido alguma coisa, ela respondeu que não, que apenas estava com saudades do

marido e queria tomar o desjejum com ele. O sinhô disse que já tinha comido na capital, mas que, se ela fazia questão, comeria de novo. O Sebastião serviu os dois e ela perguntou se o marido queria geléia do reino para acompanhar os pães. Quando ele respondeu que sim, ela entregou o pote ainda fechado, que ele abriu, remexeu com a colher e tirou de lá, junto com a geléia vermelha, um dos olhos da Verenciana. Quando o sinhô deu um grito e um salto da cadeira, a sinhá, como se nada de mais estivesse acontecendo, disse que se ele não gostava daquele sabor podia mandar trocar, mas que era para olhar bem, pois aquela geléia era especial, das preferidas dele. O sinhô não disse nada e saiu da mesa na direção do quarto. O Sebastião contou que ela então sorriu e chamou a Antônia, para que ela trocasse o prato do marido e pegasse outra vasilha de geléia, pois aquela estava estragada. E rápido, antes que o apetite fosse perdido. No prato do sinhô estava um dos olhos da Verenciana, e o outro, ainda mergulhado no pote de geléia, voltou para a cozinha. Ninguém comentou nada sobre o assunto, e naquela mesma noite o sinhô José Carlos voltou a dormir no quarto do casal, sendo que os dois pareceram mais felizes do que nunca na manhã seguinte. (GONÇALVES, 2006, p.110).

Tem-se nas escravizadas, apesar de sua triste condição, a imagem de mulheres voluntariosas que não se dobram aos caprichos de homens e de outras mulheres que por sua condição de poder ou pela cor da pele acreditam e agem como superiores, donos dos corpos, dos destinos e das vontades alheias. É o que demonstra a atitude de Verenciana de resistir em pôr no seu filho o apelido do sinhô:

*A Rosa Mina perguntou pela Verenciana e a Liberata respondeu que a filha tinha ido embora com a Nega Florinda, e que ia ficar na casa dela até a criança nascer, para depois decidirem o duplo destino. Contou que o sinhô José Carlos tinha mandado recado pelo Eufrásio dizendo que ia dar a alforria para ela e a criança, que estava só esperando para saber se nasceria menino ou menina, por causa do nome a constar na carta. A Liberata estava com medo de que a teimosia da Verenciana pusesse tudo a perder, pois ela não queria colocar no filho, ou filha, o apelido do sinhô, como era de uso. Não queria saber de nada que lembrasse a sinhá, que também usava o mesmo apelido, e ia inventar um outro qualquer, já que seria livre. (GONÇALVES, 2006, p. 115, grifos nossos).*

Kehinde, Verenciana, Esmeria, Aldeola, Claudina, e muitas outras, são mulheres fortes, conscientes de si mesmas e de sua situação, mas que nem por isso, representam menos nas lutas e angústias diárias nesse cenário de total opressão.

Perguntei por que nunca tinha se casado e ela me disse que não adiantava muito se casar em uma situação como a nossa, porque, conforme o querer dos sinhôs e das sinhás, o casal vivia junto ou era separado com a venda

de um deles, ou dos dois para pessoas diferentes. (GONÇALVES, 2006, p. 98).

Kehinde é uma dessas mulheres, forte e empreendedora. Ela foi estuprada, dilacerada, mas sempre apaixonada pela vida, pronta a recomeçar e a ir adiante; a se readaptar a novos espaços, a procurar a alfabetização e a enfrentar o aprendizado do inglês. Ultrapassa a da senzala e alcança *status* de empresária. Escravizada, retornada, jamais conformada com o estilo de vida que o colonizador e o opressor lhe ofereceu.

Ainda que escrava, ela sou aproveitar as oportunidades que mais tarde dariam novos rumos a sua vida. É o que observamos no trecho abaixo:

Eu não sabia o que fazer e resolvi deixar que o destino resolvesse por mim, e parece que foi isso que aconteceu quando, no dia marcado, voltei ao solar da sinhá. Ela me entregou um papel em que estavam as nossas avaliações, dando o total de dois contos e duzentos mil réis. Um conto para o Banjokô e um conto e duzentos para mim. Olhei o papel e nem tentei fingir que não sabia ler, pois lá estava escrito com todas as letras o valor de uma escrava de dezoito anos, criada de dentro, com excelente saúde, falando português e inglês, sabendo ler, escrever e comerciar muito bem, capaz de ter ganho próprio de mais de dez mil réis por mês, e do seu filho de seis anos, criado como se fosse de casa, de excelentes maneiras e muito inteligente, bem-educado e que sabia tocar piano. (GONÇALVES, 2006, p. 338).

Sua coragem fez com que voltasse à África, sem sentir-se diminuída ou intimidada, por ter vivido a experiência da escravização. Ao contrário, já volta com um olhar à frente, empreendedora nata, levando na bagagem, além dos pertences pessoais, produtos que poderiam render-lhe um bom lucro, investindo ali todas as suas economias sem ter nem mesmo onde ficar, quando lá chegasse. Relata como teve de submeter-se às regras do comércio do local de sua nova residência:

Mesmo faltando quase tudo, em África as regras de comércio eram diferentes das do Brasil, onde qualquer um podia vender o que quisesse. Antes de se estabelecer, o comerciante tinha que estar sob a proteção do rei ou de alguém influente. Não digo as vendas feitas nas feiras, de pouco vulto, mas as que podiam interferir no comércio local, nos preços e nos acordos firmados entre comerciantes estrangeiros e locais. Eu levava quase três contos em produtos comprados na Bahia, uma quantia considerável que poderia fazer com que alguém se sentisse prejudicado. Isso se eu conseguisse vender, porque, sem conhecer as pessoas certas e fazer acordos com elas, poderia ser roubada e até mesmo deportada como escrava novamente. O John disse que primeiro eu precisava arrumar um protetor, para depois importar mercadorias. Argumentei que muitas pessoas partiam do Brasil levando produtos, com certeza sem tomar

providências, mas o John disse que provavelmente levavam poucas coisas, que eram vendidas nas feiras locais, aos poucos, pelo próprio retornado. Isso não chamava a atenção nem prejudicava ninguém importante, mas não seria o meu caso, com muitas pipas de cachaça, caixas de charutos e fardos de folha de fumo, que não seriam desembarcados antes de passarem por algum controle. Nessa conversa, percebi que eu tinha mais um problema, que era onde guardar tudo aquilo, sendo que nem mesmo tinha onde ficar. (GONÇALVES, 2006, p. 740).

No texto, Kehinde é filha de Oxum, orixá da prosperidade e da fertilidade, rainha das águas doce. Kehinde, mãe sem estereótipos, que não abre mão de seus sonhos para viver em função de seus filhos. Ainda que os ame sem medida, vai em busca das realizações de sua própria vida.

A personagem assemelha-se no seu comportamento a Iansã, orixá poderosa e contraditória, nascida da água e do fogo, cruzamento de um raio com a chuva, considerada nas lendas dos orixás uma das mais poderosas mulheres negras africanas, moradora do rio Níger. Essa deusa, também conhecida por Oyá, tal como Kehinde, guerreira por natureza:

[...] não aprecia os afazeres domésticos, rejeitando o papel feminino tradicional. Iansã é a mulher que acorda de manhã, beija os filhos e sai em busca do sustento; ela quer um homem para amá-la e não para sustentá-la. Desperta pronta para a guerra, para a sua lida do dia-a-dia, não tem medo do batente: luta e vence. (<http://www.templodeumbanda.com.br/a-historia-de-iansa>.) Acesso em 20/03/2014.

Kehinde, uma mulher que tem, sim, seus medos, seus momentos de fraqueza perante os desmandos sofridos por ser escrava, que às vezes cai, mas que se recusa a permanecer no chão. Mulher de um grande amor: seu filho. Ela confessa que não saberia como sobreviver se o filho chegasse a lhe faltar:

Antes de ele nascer, cheguei a pensar que teria gostado se fosse um abiku do fogo, do tipo que mata a mãe quando vem ao mundo, mas quando o senti fazendo força para sair de dentro de mim no meio daquela travessia pedi a todos os orixás que não deixassem Orumilá ouvir aquele meu pensamento. O que seria do meu filho se eu morresse e ele ficasse sozinho no mundo? Ou, pior ainda, o que seria de mim se sobrevivesse à morte dele? (GONÇALVES, 2006, p. 187).

E ela sobreviveu, não só à morte de seu primeiro filho, nascido, como ela mesma diz, quando [...] “no meio da travessia juntei as águas das minhas entranhas às águas de Iemanjá.” (GONÇALVES, 2006, p. 187). Filho, fruto do estupro sofrido na adolescência, que morreu alguns anos mais tarde. Sobreviveu também à perda do segundo, vendido pelo pai quando ela estava distante, realizando sua iniciação religiosa.

Bruno, em sua dissertação de mestrado denominada *A representação da mulher negra em Machado de Assis (leituras de Mariana e Sabina)*, afirma ser o suicídio não só uma forma de resistência às imposições geradas pela condição de ser escravizado, mas também um meio de readquirir a humanidade perdida. Segundo ela:

A condição da experiência humana deveria prever o exercício da liberdade. Os escravos privados de sua humanidade em situação de cativeiro recorriam a diversos mecanismos para reconquistá-la. A fuga pode ser tomada como uma das estratégias de reação mais comuns decorrentes da violação da condição humana dos seres escravizados. Além desta, outras formas de contestação sugeriam não só a crueldade característica da escravidão como a alteridade dos sujeitos escravos. Nesse sentido, o suicídio do sujeito escravo pode ser visto como a forma extrema de resgate de seu caráter humano. (BRUNO, 2012, p. 58).

No entanto, no romance sob análise, apesar da dor e da busca constante que a acompanha vida afora, a protagonista Kehinde não abre mão de sua história. Por mais que essa lhe fosse desfavorável, ela consegue, reerguer sua vida, construir outra história, de sucesso e reconhecimento, demonstrando que, dependendo das condições materiais e sociais que conquistamos muitas vezes, podemos reverter o curso da história. A tentação do suicídio é grande, mas a pulsão e força de vida é ainda maior e por isso a personagem central, protagonista desta narrativa, abre mão dele e continua.

## **4.3Espacialidade**

### **4.3.1 Espaços da narração e espaços da narrativa**

O espaço em *Um defeito de cor* é uma construção monumental, dado o grande número de ambientes nos quais se passa a história, com as descrições de nossa menina, moça, senhora protagonista. Ele desempenha um papel importante e decisivo na construção do romance e nos efeitos estéticos do texto

Ela transita por um universo espacial enorme, desde África, com a descrição de aspectos peculiares a cada uma das regiões destacadas no romance. Primeiro, o embarque e sofrimento a bordo do navio negreiro, as impressões da protagonista ao pisar pela primeira vez o solo brasileiro em uma ilha (Itaparica), que até hoje encanta moradores e turistas, passando por Salvador com seus casarões, praças e igrejas. Depois, a chegada ao Rio de Janeiro com suas livrarias, ateliês, teatros e artistas internacionais, até embarcar novamente em um navio, de volta à África, agora com outras características.

### 4.3.2 Espaço pós-moderno da narração

Por meio da literatura, o artista recria o mundo, (re) significa valores, costumes e fatos, pois sendo ele participante da sociedade e da história de seu tempo, desempenha um papel de mediador entre o contexto que está inserido e a sua obra. Desse modo, as condições sociais, os hábitos, as crenças, os estereótipos e os preconceitos compartilhados por um determinado grupo em determinada época são elementos formadores da visão de mundo e fatalmente estarão presentes na criação artística. (BARBOSA, 2006, p. 89).

O primeiro espaço que se vai contextualizar é o espaço no qual se dá a escrita da obra. Hall (1922), na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, afirma que há três concepções de identidade, relacionando sujeitos e mundos. Primeiro, há a concepção do sujeito iluminista, na qual a identidade é vista como única, centrada e unificada, ligando-se de forma indivisível ao sujeito ao qual pertence. Depois, há a concepção do sujeito sociológico, que reflete as questões postas pela modernidade, na qual a identidade será vista como algo relacional, formada na interação do eu com o outro, dialogando com o que é ofertado pelos mundos culturais, mas sem perder a noção de estabilidade. Por fim, tem-se a chamada modernidade tardia ou pós-modernidade, com o sujeito nomeado por ele como pós-moderno, o qual rompe com as noções anteriores e demonstra haver não uma identidade, como se supunha, mas identidades. Ao discorrer sobre a questão Hall afirma que,

[...] o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). E definida historicamente, e não

biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (ver Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 12).

O espaço pós-moderno do século XXI, ou seja, o espaço ou o lugar a partir do qual Ana Maria Gonçalves produzirá sua metaficção historiográfica, é um espaço que direta ou indiretamente estará presente em seu texto, ainda que a história seja ambientada em outro momento. Nele, as demandas sociais, históricas e culturais possuem traços distintos dos existentes no momento da produção da obra. Nem que seja indiretamente ou de modo oculto, esse espaço acaba por se fazer presente, deixando rastros que justificarão determinadas escolhas e excluirão outras. No modo de escrever, na escolha de personagens e fatos, o espaço da narração deixará suas marcas. Hutcheon (1991, p. 160) expõe que “subjetividade, intertextualidade, referência e ideologia, estão por trás das relações problematizadas entre a história e a ficção no pós-modernismo”. É justamente a partir daí, que nos falará Gonçalves. Este é o seu lugar de fala e de onde a autora vê os acontecimentos narrados e inseridos numa outra visão de mundo, que é a sua, na época atual.

A partir do prólogo de *Um defeito de cor*, que nos leva de Luiza Mahin a Kehinde, de Luiz Gama a Omutunde, passando por todos os grandes momentos históricos do século XIX, abordados na narrativa, pode-se afirmar que a obra construída por Ana Maria Gonçalves dialoga com a perspectiva pós-moderna tal como definida por Hutcheon. Isso ocorre porque ela procura repensar as margens, distanciando-se do centro e dos conceitos hegemônicos, para dar voz aos ex-cêntricos.

Mesmo mantendo uma ponte com a história oficial, a autora rompe com seu discurso ao escolher uma mulher, negra, escravizada e alfabetizada, para anatomizar a sociedade machista e escravocrata do século XIX, propiciando o embate necessário e frutífero entre



literatura e história, de modo, como afirma Foucault, a produzir verdade e consequentemente produzir poder. (FOUCAULT, 1998, p. 180).

Para Arruda, a obra de Gonçalves, tal como outras que abordam a questão da afrodescendência e diáspora,

[...] constituem uma contra-narrativa na medida em que enfrentam o desafio de reconstruir sua história de maneira crítica e denunciar as consequências reais dessa história. As metáforas usadas por estes autores para retomar o tema da diáspora africana e a desterritorialização que marcou e ainda marca os afrodescendentes no Brasil, estão, portanto, longe de serem apenas “reviravoltas ou impasses”, como afirma Gilroy. Mais do que isso, constituem uma janela para fazer emergir essa narrativa que serve, então, como espelho de um mundo que ainda se mostra cego diante das imagens vindas da memória diaspórica afro-brasileira. (ARRUDA, 2007, p. 59).

O espaço da autoria, portanto, é onde o velho e o novo, o tradicional e o moderno, independente de que seja na arquitetura, ou na pintura, na história ou na literatura, entre outros, encontram-se, refutam-se, excluem-se e se incluem, de modo a construir outros significados para o presente, servindo-se daquele tempo passado.

### **4.3.3 Espaço do navio e seus sentidos**

O navio, como propulsor de mudanças radicais de vidas e histórias, aparece por três vezes na narrativa e, a cada vez, sua função é distinta da anterior. Na terceira travessia realizada por Kehinde, o navio torna-se também, além do espaço pós-moderno ocupado por Ana Maria Gonçalves na sua literatura, um espaço da narrativa, pois é dentro dele que a protagonista buscará nos “guardados da memória”, elementos para construir sua história de vida, fazer um balanço geral de tudo o que lhe aconteceu para dar lhe um sentido, com a “desculpa” de deixar registrada para o filho. Trata-se, na verdade, de um procedimento literário de alto nível por parte da autora, para, dessa maneira, envolver e esclarecer o seu leitor. Por trás dos pensamentos e das ações da personagem está a habilidade e o engenho literário de Ana Maria Gonçalves.

Tem-se, portanto o espaço do navio negreiro da primeira viagem como um espaço de dor e de sofrimento, da morte dos corpos e do fim da liberdade. O da segunda viagem, por sua vez, transforma-se, no espaço da esperança, da libertação e do recomeço. Já na terceira travessia, o espaço do navio é o de redenção e da memória, mas, sobretudo, o espaço da escritura.

#### 4.3.4 Terceira travessia: o local onde a história começa e termina

Como dito anteriormente, além do espaço utilizado pela autora, tem-se, como espaço da narração, o navio, pois a obra é contada em flash back pela narradora protagonista, Kehinde, com mais de oitentas anos, cega, que, encontrando-se em África, decide voltar para finalmente reencontrar seu filho. Entretanto, ela percebe que provavelmente não conseguirá realizar esta última travessia atlântica. Por meio de uma escriba, a quem ela ensinara a ler e a escrever, narra a seu filho toda sua vida de dor, de angústia, de procura e de frustrações. Fala da sua luta, dos sonhos e das realizações que conseguiu e de seu amor à vida. Tudo ocorre por meio da reavivação de suas memórias.

É comovente verificar que Kehinde, apesar de tudo que lhe ocorreu de pior, não perdeu sua humanidade. A confissão que faz de nunca ter esquecido o filho, de, no meio de todos os percalços, manter a esperança, é comovente:

O que teria acontecido a você durante todos esses anos? Por mais que o destino tenha sido bom comigo, tenha me dado mais filhos que sempre me orgulharam, nunca te esqueci. Estou carregando comigo todas as cartas trocadas, para que você saiba tudo o que fiz na esperança de te encontrar, meu pequeno Omotunde (GONÇALVES, 2007, p. 406).

Nesse momento, Kehinde ocupa um espaço, tanto social e econômico quanto territorial, distinto, singular e transformador. O espaço é novamente o do navio, mas a situação, as perspectivas, o ambiente, são completamente diferenciados das duas outras viagens atlânticas anteriores. Não é mais o espaço do navio que usurpa liberdade, dignidade, vidas, religiosidade, nomes e identidades, mas de um espaço reconstrutor das situações. O navio transforma-se no espaço da rememoração e do sentido do texto. É o local em que a mãe desnuda sua alma ao filho, motivo maior de sua vida, capaz até mesmo de interromper a morte . como vemos a seguir

Se eu tivesse mais tempo e mais forças, gostaria de continuar contando tudo o que nos aconteceu enquanto as crianças cresciam, enquanto eu esperava a morte chegar e era cuidada pela Geninha com uma dedicação de filha, que é como a considero também, com o endosso da Maria Clara. Andei muito doente nos últimos três anos, e só não morri porque o encontro já estava marcado para daqui a pouco, assim que eu terminar esse meu pedido de desculpas. Porque é assim que vejo tudo isso, como um grande mea-culpa. Muito maior do que o pedido ao João, à Maria Clara, ao genro, às noras e a todos os netos que foram se despedir de mim no porto de Lagos, onde eu e a Geninha tomamos **este navio**. Tentaram

me convencer a ficar, argumentando que eu não agüentaria a viagem, que não teria como te encontrar e nem sabia se você ainda estava vivo ou morando no mesmo lugar, em São Paulo. (GONÇALVES, 2006, p. 945, grifo nosso).

É a partir do momento em que adentra o navio, nessa terceira viagem, que a saga de Kehinde verdadeiramente tem início. Trata-se de uma história escrita ao contrário, uma vez que o início da trama está no fim. Só dezenas de páginas após empreender a leitura é que o leitor percebe que o momento em que ocorrem os fatos e o momento em que são narrados não é o mesmo. Além de serem distintos, remotam a um passado bem distante, quase sem controle, a não ser o daquele fio de memória da personagem. É quando se percebe que a Kehinde de quando criança, inseparável de sua irmã gêmea, não é está ali, no convés do navio, já a respirar os ares do Brasil:

Quanto a mim, já me sinto feliz por ter conseguido chegar até onde queria. E talvez, num último gesto de misericórdia, qualquer um desses deuses dos homens me permita subir ao convés para respirar os ares do Brasil e teabençoar pela última vez. (GONÇALVES, 2006, p. 947).

Essa é a imagem que, apesar de ser última na obra, é das primeiras no tempo e espaço onde se dá a narrativa.

Nesse navio, por meio do resgate das memórias da vida, Kehinde deixa de herança a seu filho e a todos os afrodescendentes suas impressões sobre um Brasil do passado. A verdade sobre esse Brasil está, em parte, ausente da história nacional “oficial”. Situações deploráveis, porém, idênticas estão presentes nas periferias, nas favelas, na miséria e na exclusão do tempo atual. A representação literária e histórica de muitos autores, infelizmente, retrata o negro ainda hoje como inferior, subalterno, confirmando esta exclusão e a necessidade de resgate, mesmo que ficcional, para a construção de identidades:

O romance (*Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves), se constrói num espaço intervalar entre memória e esquecimento cujas lacunas são preenchidas pelo resgate de imaginários de herança afro, atribuindo a si própria e à sua comunidade uma memória longa (G. Bouchard, 2009). As raízes dessa memória longa terão de ser buscadas muitas vezes do outro lado do Atlântico negro (cf. P. Gilroy, 2008), em tempos anteriores ao da travessia, preservadas na memória das mulheres que precederam a autora, em uma longa genealogia que remonta ao período inaugural do tráfico negreiro para as Américas. Ficam evidenciadas na narrativa: *i*) a memória histórica, que rememora fatos da história do negro no Brasil, deletados da historiografia oficial devido à condição que os descendentes de africanos ocupavam na sociedade brasileira; e *ii*) a memória familiar, que restaura

ensinamentos da sabedoria contida na *oralitura* das gerações que a antecederam. (BERND, 2012, p. 33).

Daí o papel libertador deste texto, não só pela história que conta, na individualidade de uma personagem e de sua trajetória no espaço e no tempo, mas pelo papel que ele pode representar na sociedade, onde ainda se ouvem vozes de grupos racistas.

### 4.3.5 Espaços da narrativa

A obra *Um defeito de cor* toma a forma de uma carta, e não de um romance espetacular com a apresentação de diálogos escritos. É a carta de uma mãe, mãe que perdeu seus filhos e escreve para curar, numa espécie de catarse, as dolorosas feridas dessas perdas. Não é um romance epistolar, marca do gênero do século XVIII, como *As ligações perigosas*, de Cloderlos de Loclos, as cartas de Montesquieu e *A nova Heloísa*, de J.J Rousseau, que se caracterizavam pela troca de cartas. Mas trata-se de uma só carta, endereçada ao filho.

Mas eu pegava apenas pequenos pedaços da história, sem conseguir entendê-la por inteiro. Pensava apenas que seu irmão estava morto e eu era culpada pela morte dele, por não ter feito todas as cerimônias para afastar os abikus, por achar que depois dos sete anos ele não corria mais perigo, por não estar junto dele para protegê-lo daquela faca. Eu me sentia tão culpada que não conseguia chorar, por medo de que estivesse chorando por mim e não por ele, e então percebi que as pessoas me olhavam esperando alguma reação. (GONÇALVES, 2006, p. 467).

Sim, carta de uma mãe, que traduz em palavras seus sentimentos mais dolorosos e profundos, seus anseios e esperanças, que traz à tona as marcas da desterritorialização, captura e escravização; da luta por liberdade e aceitação, das situações aflitivas que a vida lhe impõe. É, por exemplo, o caso do trabalho realizado por ela quando criança, do qual ela, apesar da pouca idade, não podia se esquivar.

Primeiro, tínhamos que ir até o balcão onde estava a baleia e separar os pedaços de carne dos pedaços de gordura, formando dois montes. Quem fazia o serviço de cortar a baleia eram os homens, com enormes facões, e por isso o excesso de segurança no caminho. As carnes ficavam com as mulheres, para partir em pedaços e cozinhar ou moquear. O que sobrava depois disso, a gordura, era o que nós, crianças, tínhamos que pegar e colocar dentro das caldeiras, onde era derretida até virar óleo de baleia. Entendi o porquê das queimaduras, pois nunca dava para prever para que

lado a gordura ia espirrar quando jogada na caldeira, que já continha óleo derretido, fervendo. E também porque as vasilhas eram altas e as crianças mais baixas tinham que se equilibrar na ponta dos pés para conseguirem fazer o serviço, correndo o risco de se apoiar na caldeira, ela virar e o óleo fervente escorrer, levando junto a pele, a carne e até os ossos. A temperatura no baleeiro era muito quente, mesmo sendo um espaço aberto, e a chaminé também não conseguia puxar toda a fumaça, que ardia nos olhos e nos fazia tossir quase sem parar. Uma das meninas disse que mais dia, menos dia eu me acostumaria, e rezei para que isso acontecesse logo. (GONÇALVES, 2006, p. 117).

A rememoração da busca constante e infrutífera do seu filho, a frustração do sonho jamais concretizado, a dor que será sua sombra, mesmo na escuridão.

Pedi ajuda a todos os conhecidos, à Adeola, à Esmeralda, às mulheres que tinham trabalhado na padaria, visitei todo mundo, até mesmo o preto que trabalhava no escritório daquele doutor Amleto Ferreira, no Terreiro de Jesus, e também as irmãs da Boa Morte. Para os que não os conheciam, descrevi vocês, pedindo que ficassem atentos ao sair às ruas, observando as pessoas. Foi o que eu fiz, andando por toda a cidade, ficando com o coração disparado cada vez que via pessoas parecidas com vocês. Sabe o que foi o pior de tudo? Não saber se eu estava falando o certo quando te descrevia, confiando nas informações do Tico e da Malena, pois haviam se passado quase três anos desde a última vez que eu tinha te visto. (GONÇALVES, 2006, p. 632).

É apenas uma carta, dirigida à posteridade, a nós leitores, seus descendentes, narrando a história de todo um povo sobrevivente que construiu, longe de sua terra, do outro lado do oceano, uma nação e que foi reconhecido em seu protagonismo.

Este povo, sob o mover do chicote, mostrou sua força de modo ímpar. Foi vítima do senhor de engenho, do capataz e, ainda hoje, o é do policial, do patrão e da sociedade, trazendo na sua pele as marcas indeléveis das feridas, como o gado traz as marcas do ferro em brasa, a denunciar a triste história da tragédia da escravidão.

É essa história de vencedores e de vencidos, de perdas e ganhos que está sendo narrada de um jeito novo, proporcional a suas consequências e dimensão.

#### **4.3.6 Da África ao Brasil – a primeira travessia**

O espaço da primeira travessia é marcado pelo desconhecimento acerca do destino final de uma viagem imposta. Ela tem início com os primórdios da autoafirmação de soberania das nações europeias no século XVI e se consolida com a exploração da rota

marítima atlântica. Esse caminho é o marco do desenvolvimento colonial e comercial europeu, que garantirá ao continente, prosperidade e hegemonia sobre as outras partes do mundo.

Mas a pior de todas as sensações, mesmo não sabendo direito o que significava, era a de ser um navio perdido no mar, e não a de estar dentro de um. Não estava mais na minha terra, não tinha mais a minha família, estava indo para um lugar que não conhecia, sem saber se ainda era para presente ou, já que não tinha mais a Taiwo, para virar carneiro de branco. (GONÇALVES, 2006, p. 61).

Trata-se do momento das grandes aventuras, dos “descobrimentos” geográficos, físicos e culturais em África, Ásia e Américas, que custou caro, sobretudo, à África. Trata-se de feitos que levaram aos continentes explorados miséria e desumanização, pois junto com o deslumbramento causado pela existência de riquezas vegetais, minerais e culturais, entre outras, teve início a exploração e destruição da fauna e da flora dessas regiões, além da dizimação de populações inteiras de modo perverso e inconsequente. Silva e Calaça afirmam que esse processo realmente não foi uma troca entre culturas, mas a exploração contundente de continentes.

Na verdade, o processo de espoliação colonial foi brutal, milhões de seres foram arrancados de seus domicílios, suas famílias dizimadas, suas riquezas levadas para a Europa (marfim, látex, minério, madeira, produção artística), além da sangria demográfica provocada na maioria das regiões nas quais se concentrou o tráfico. (SILVA e CALAÇA, 2006, p. 11).

É nesse ambiente de destruição e dor, que aqueles personagens adentrarão o navio negreiro. Eram três os nomeados pela narradora: Kehinde, sua irmã e sua avó. Ali, na primeira travessia, Kehinde será a única sobrevivente de sua já reduzida família. Ela e os outros aprisionados viverão uma experiência que marcará para sempre suas vidas, com lances dantescos e trágicos.

Retiraram o corpo do Benevides e a noite foi tranqüila, dormimos quase agradecendo o favor que tinham feito ao nos darem comida. Mas, na manhã seguinte, três outros homens apareceram mortos, tinham se enforcado durante a noite. Ao retirarem os corpos, os guardas avisaram que se mais alguém se matasse, o corpo ia ficar ali mesmo, até o fim da viagem que mal tinha começado, como um castigo para todos os outros. A partir daquele aviso, quase ninguém dormiu direito para vigiar os companheiros, porque não queria ter ao lado um cadáver apodrecendo. Talvez mais pelo incômodo de sabê-lo morto e de vê-lo sendo devorado

por fora, porque por dentro já nos sentíamos um pouco mortos. (GONÇALVES, 2006, p. 51).

Este é um dos aspectos de uma experiência que relegou aos escravizados o espaço de subalternidade histórica, social e até mesmo literária. Subalternos como denominado por Spivak, ao afirmar que:

O termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituída pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. (SPIVAK, 2010 p. 13-14).

Subalterno, termo que ilustra bem a condição dos milhares de escravizados, homens, mulheres e crianças que cruzaram o Atlântico, a bordo de navios negreiros, durante séculos. A maioria não conseguiu libertar-se da condição de “subalterno” e, pior, deixou-a como herança a seus descendentes, por meio de uma repetição histórica que alcançou o século XXI.

Afinal, persiste a ideia racista, difundida pela cultura hegemônica baseada nos critérios eurocêntricos e aceita pela população brasileira em geral, de que os negros são inferiores aos brancos. De acordo com Eliane Cavalleiro: “O Brasil com a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria – consegue ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negros e brancos.” (CAVALLEIRO, 2005, p. 9). Esta situação que existe ainda hoje, desqualifica a população afrodescendente de nosso país, mantendo-a presa a uma inquietante condição de inferioridade de fato.

Questionar essa violenta exclusão sociorracial, à qual historicamente são submetidas essas pessoas na sociedade brasileira, é papel de todos, afrodescendentes ou não, pois esse tipo de violência acarreta problemas pessoais e sociais profundos que acabam sendo negativos e dolorosos para toda a sociedade. Os dados revelam-se nas estatísticas da desigualdade, do desrespeito, da indiferença e da própria violência com que são tratados os afrodescendentes pobres e desqualificados, na verdade, tão valerosos quanto o restante da população brasileira.

### 4.3.7 Do Brasil à África – a segunda travessia

A segunda travessia é aquela em que muitos anos depois o sonho da personagem se realiza e Kehinde retorna à África, novamente a bordo de um navio. Ela está, no entanto, numa situação completamente diferente da anterior, quando veio como escravizada para o Brasil.

Saí de São Salvador a vinte e sete de outubro de um mil oitocentos e quarenta e sete e desembarquei em Uidá a vinte e dois de novembro, no mesmo local de onde tinha partido trinta anos antes. As situações eram distintas, mas o medo era quase igual, medo do que ia acontecer comigo dali em diante. É claro que os motivos também eram diferentes, porque naquela volta eu seria a única responsável pelo meu destino, e na partida tudo dependia daqueles que tinham me capturado. Eu não me lembrava muito bem da África que tinha deixado, portanto, não tinha muitas expectativas em relação ao que encontraria. Ou talvez, na época, tenha pensado isso apenas para me conformar, porque não gostei nada do que vi (GONÇALVES, 2007, p. 731).

Tudo era bem diferente da primeira viagem, na qual lhes foram arrancados todos os pertences, saindo de África como “o migrante nu”, para empregar a expressão de Édouard Glissant. Todos os prisioneiros iam carregando internamente consigo apenas seus valores religiosos e culturais, e ainda esses lhes seriam usurpados, como fora seus próprios nomes.

Foi então que ficamos sabendo o motivo da demora no embarque dos homens, pois os brancos tinham batizado todos eles com nomes que chamavam de nomes cristãos, nomes de brancos, e àquele homem da perna Machucada, de acordo com um outro que estava logo atrás dele na fila, tinham dado o nome de João. Soubemos que o padre que fez os batizados tinha chegado atrasado, depois do embarque das mulheres. Os guardas colocaram os homens em fila e, um por um, tiveram que dizer o nome africano, o que podia ser revelado, é claro, e o lugar onde tinham nascido, que eram anotados em um livro onde também acrescentavam um nome de branco. Era esse nome que eles tinham que falar para o padre, que então jogava água sobre suas cabeças e pronunciava algumas palavras que ninguém entendia. Sabiam apenas que era com tal nome que teriam que se apresentar no estrangeiro. (GONÇALVES, 2006, p. 49).

No retorno à África, contudo, levam agora, além da certeza de que nada mais será como antes, nem cá, nem lá, a esperança de que uma nova vida. Esta estava representada não somente pela liberdade, mas também pela bagagem. Carregava os símbolos de superação das adversidades, ainda que fossem simples objetos de lembranças de uma vida que a ninguém agradaria voltar, pois era uma vida de cativo. Essa cruel realidade deixa



de existir, dando lugar a novos sonhos e esperanças, de que a vida do lado de lá do Atlântico poderia finalmente ser melhor. Gonçalves pontua, no relato de Kehinde, o hibridismo cultural e identitário:

Além da carga, poucas outras coisas me acompanhavam um baú com roupas e os tesouros que também carrego agora para te mostrar: um dos bastonetes usados no controle de pagamentos na confraria da Esmeralda, o tabuleiro onde vendia cookies, presente do Francisco e do Raimundo, a Oxum dada pela Agontimé, o livro de sermões do padre Vieira, lembrança do Fatumbi, a Bíblia comprada em São Sebastião, a toalha bordada que ganhei na roça da sinhá Romana e o lenço encarnado do Piripiri. (GONÇALVES, 2006, p. 730).

Kehinde fala sobre seus companheiros de viagem, não mais acorrentados e maltratados, mas seres humanos dotados de uma sensibilidade compartilhada, trazida à tona pela ocupação de outro espaço, que lhes confere dignidade e altivez. Em comparação com os porões em que foram jogados na primeira viagem, o alojamento de agora, com pouco conforto, mas com mais espaço e camas arrumadas, era motivo de felicidade:

Eles foram muito gentis e me deixaram ocupar sozinha com a minha bagagem três camas que ficavam sobrepostas, no canto, para que eu tivesse mais privacidade, e se dividiram nas outras seis. Era um bom alojamento, um pouco abafado, mas as camas estavam preparadas com esteiras bem grossas, quase macias, e ainda tinham correntes em que podíamos amarrar nossos pertences, para que não fossem jogados de um lado para outro durante a travessia. Fiquei feliz por aquilo não lembrar em nada o porão ocupado na viagem da África para o Brasil, o que não seria agradável. (GONÇALVES, 2006, p. 732).

Pessoas partilhavam com ela a experiência de estar voltando, sob outras condições, para um lugar que permaneceu vivo, na memória, que foi o *leitmotiv* e a esperança da maioria delas para permanecer vivas. Afinal, como afirma Sayad,

[...] A nostalgia do lugar tem um grande poder de transfiguração de tudo o que toca e, como o amor, efeitos de encantamento, evidentemente, e mais ainda, efeitos de sacralização e santificação: o país, o solo nacional, a casa dos antepassados, e mais simplesmente a casa natal, cada um desses lugares privilegiados da nostalgia (e pela nostalgia), e em cada um desses lugares, cada um desses pontos de partida que são o objeto de um intenso investimento da memória nostálgica, tornam-se lugares sacralizados, benditos [...]. (SAYAD, 2000, p. 14).

Trata-se, assim, de outra travessia do Atlântico, em tudo oposta à primeira viagem. Antes fora o trajeto da morte, dor e sofrimento, da escuridão e do mergulho na perda da identidade

individual e coletiva. Agora é o contrário, apesar das incertezas, a travessia é libertadora e o espaço encontrado é o da esperança e do reencontro de pessoas e lugares. A personagem demonstra com isso que outra vida é possível, desde que as oportunidades contribuam para tanto, desde que a chama da luta e da esperança não sucumbam ao desespero e à dor.

Quando encontramos depoimentos como o citado abaixo, da intelectual negra brasileira Silva, percebe-se a importância de despertar, nos afrodescendentes, a consciência de que deles devem partir as atitudes que alterem a condição de subalternos e excluídos, pois não será da sociedade, da história, da literatura canônica e muito menos da escola, que esse movimento de reparação e reconhecimento vai partir. Eles terão que reconstruir quase sozinhos suas identidades e autoestima:

A minha negritude, isto é, a construção do meu pertencimento étnico-racial foi incentivado no meio da minha família (...). Nos estudos no [Colégio] Aplicação [da Faculdade de Filosofia da UFRGS], o nosso povo negro somente aparecia quando se tratava de tráfico de escravizados e abolição da escravatura. Mas sempre que havia trabalho livre, minha Mãe providenciava para que eu tratasse de temas relativos ao nosso povo negro. É assim que na segunda série do ginásio, orientada por ela, li pela primeira vez trechos de “O Negro no Brasil” de Arthur Ramos. O [Colégio] Aplicação oferecia as referências intelectuais, o gosto pelo erudito, a família contrabalançava (...). Assim fui desenvolvendo minhas próprias fontes e caminhos, numa formação, a escolar marcadamente de raiz européia, a familiar, negra (SILVA, P.B.G. 2006, p. 1-10).

#### **4.3.8 Entre o espaço do mar e do navio a determinação dos destinos de todo um povo e de dois continentes**

Entre os dois grandes espaços onde se desenrola a história de Kehinde, há o mar. É sobre ele que ocorrem as três travessias da personagem, a do cativo, a do retorno alforriado e empresária e a da busca do filho e da entrega da carta a ele. No entanto, os sentidos das três viagens são tão diferentes entre si que se poderia dizer que a simbologia dos navios que a transportam em cada uma das viagens altera-se de tal forma que esses lugares constituem três ambientes totalmente diversos entre si. No entanto, sempre e na mesma atitude, nos três momentos permanece o mar. Ele é, portanto, um espaço especial na organização de toda a narrativa da personagem.

No *Dicionário de símbolos*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, esses autores afirmam que o mar é:

Símbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do mar e tudo retorna a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informes as realidades configuradas, uma situação de ambivalência, que é a de incerteza, de dúvida, de indecisão e que pode se concluir bem ou mal. Vem daí que o mar é ao mesmo tempo a imagem da vida e a imagem da morte. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2007, p. 592).

Nesse sentido, a obra *Um defeito de cor*, corrobora inteiramente essa imagem do mar como senhor da vida e da morte, tanto física quanto moral, pois, ao cruzá-lo pela primeira vez, as personagens do romance vivenciam, na condição de escravizados, circunstâncias que impediram a chegada ao destino de várias pessoas que lhes eram caras.

Os sobreviventes, ao chegar, estavam também simbolicamente mortos, pelas condições que lhes foram impostas durante a viagem. Nas outras duas viagens, entretanto, o mar representava para os passageiros a liberdade, a esperança, a alegria do retorno, que era aguardado com expectativa do novo, do inesperado. De toda maneira, esse espaço líquido tomou o papel das “transformações e dos renascimentos”, propiciando de uma maneira neutra condições materiais para que os seres humanos, opressores e escravizados desempenhassem seus papéis. Assim, o Atlântico não é em si, um espaço bom ou ruim. Mas, neste romance, é a “a imagem da vida e da morte.

Veja-se, por exemplo, um momento de epifania das personagens quando avistam essa imensidão do mar pela primeira vez:

O Akin disse que as pessoas não viram rio e perguntou se eu e a Taiwo já tínhamos visto o mar, que era o maior rio do mundo. Como dissemos que não, ele quase nos arrastou até lá, tamanha era a ansiedade em nos mostrar o que chamava de a grande maravilha de Olorum. (GONÇALVES, 2006, p. 30).

O mar, como vimos, não é só grandeza e admiração. Ele também pode agir como opressor, como vilão e tornar-se assustador e agressivo:

Foi depois de uma noite terrível, com o navio jogando de um lado para o outro, que a Taiwo começou a se separar de mim. Uma noite de tempestade ou de mar com raiva, quando ficamos ouvindo um rugido fortíssimo martelar o casco do navio. Muitos acharam que era o grande monstro das águas querendo mais sacrifício de gente viva, por não se contentar com os que já tinham sido atirados. O monstro sentia o nosso cheiro, o cheiro de carneiros frescos, mesmos que sujos, que atravessava as paredes do navio e provocava sua fome. (GONÇALVES, 2006, p. 54).

Deste modo, suas águas apresentam-se também ambivalentes, uma vez que ainda segundo o *Dicionário de Símbolos*, esse líquido fundamental para a manutenção da vida pode também suprimi-la:

“Todavia, a água, como, aliás, todos os símbolos, pode ser encarada em dois planos rigorosamente opostos, embora de nenhum modo irredutíveis; e essa ambivalência se situa em todos os níveis. A água é fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora ao mesmo tempo. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2007, p. 16).

No romance em estudo, são as águas do mar que recolhem maternal e piedosamente os corpos dos mortos pela desassistência, pelo desprezo enquanto indivíduos e que servem de sepultura líquida e transparente para os restos mortais daqueles que foram violentados, torturados e assassinados nos porões dos navios negreiros.

Por sua vez, o espaço do navio, assim como ocorre com o mar e com a água em geral, também está ligado à questão da vida e da morte. No romance, percebe-se nitidamente esse entrelaçamento e essa contradição. No *Dicionário online de símbolos*, lê-se que:

O navio, assim como o barco, simboliza em diferentes culturas, uma travessia, uma viagem que cruza a fronteira mundo do material para o mundo espiritual, seja representando o nascimento ou a morte. O navio permite esta viagem da vida para a morte, ou vice-versa, transportando as almas, e simboliza proteção e segurança. (Disponível em: [www.dicionariodesimbolos.com.br](http://www.dicionariodesimbolos.com.br)) Acesso em: 10.06.2014.

O navio negreiro, que traz os escravizados para a América, simboliza um espaço de perdas tanto materiais quanto morais e espirituais. Muitas das pessoas submetidas à condição de escravizadas, a bordo deste veículo, não conseguem resistir aos maus-tratos e acabam morrendo durante a viagem. E os que resistem, perdem suas identidades, suas posses, e seus referenciais.

A bordo do navio Kehinde fazia sua última viagem para reencontrar o filho perdido. Como mulher livre e em melhores condições, agora o navio era um sopro de vida, de esperança e de alegria, pois apesar de ter sido o meio de transporte entre todos o mais detestável, o do tráfico, foi também por meio dele que ela tomou consciência de que poderia lutar para mudar seu destino cruel.

Descendemos de pessoas que muitas vezes abriram mão de suas vidas para permanecerem na luta, para nos dar a possibilidade de, com seus exemplos de antigamente, construirmos outra História atualmente.

Metaforicamente, tem-se em *Um defeito de cor*, a mensagem colocada na garrafa e, do alto de um navio, lançada ao mar. Após dezenas de anos, ela é encontrada, e sua mensagem é lida e divulgada, para que a História não se repita, para que a nação brasileira entenda e se orgulhe da sua composição, da sua diversidade de caracteres, de raças e de individualidades.

Os espaços existentes neste romance deixam-nos intrigados em razão do sentimento de contradição que expõem: de um lado, o mar, com suas águas, seus humores, seus navios negreiros (de vinda da África para o Brasil), trazendo gente para o cativeiro e seus navios mercantis (de volta do Brasil para a África), levando pessoas alforriadas, livres e esperançosas, apesar de inseguras.

Dois grandes continentes, o africano e o americano, que dialogam contraditoriamente entre si, intercambiando vidas humanas, destinos de dores e de alegrias, separados pela imensidão do mar, ora calmo, ora agitado, dando o tom deste romance que confunde espaço, escritura, história e ficção, verdade e imaginação de maneira a alterar nossos sentimentos.

Como na maioria dos romances modernos, *Um defeito de cor* é estruturado na valorização e no papel desempenhado pelos espaços dos dois lados do Atlântico. O romance de Ana Gonçalves, aqui estudado em alguns dos seus aspectos, constitui um aporte de valor para a mudança dessa situação atualmente generalizada de tentativa de exclusão e de desvalorização de quase metade da população brasileira. Cremos que a sua leitura há de alterar algo no pensamento dos brasileiros afrodescendentes ou não, alterando, com essa consciência os comportamentos e os gestos de todos. É a boa literatura alterando para melhor a sociedade e a própria vida.

## CONCLUSÃO

[...] quando um povo oprime a outro, constantemente dentro de sua estratégia de dominação, trata de suprimir a história do povo oprimido, queimar seus livros, destruir seus monumentos, castigar a menção de seus heróis e obrigar a aprendizagem da história do povo dominado. Por outro lado, quando se quer ajuda um povo oprimido a sair da opressão, um passo importante é ajudar-lhe a recordar e valorizar sua história, seus heróis e seus valores culturais. Isto lhe dá um sentido de dignidade. (HERNANDEZ E ANELLO, 1993).

Existem *leituras-descobertas* e *leituras-revelações*, e existem leituras que agregam em si ambas as possibilidades. Este é o caso para nós da obra *Um defeito de cor*, romance que possibilita a compreensão de nós mesmos, dos outros e da vida. Trata-se de um mergulho profundo na dinâmica da exclusão, da dor, do sofrimento diário de pessoas que para nós não são e não eram anônimas. Pessoas como nós, negras, sonhadoras, pobres ou ricas, que eram felizes ou infelizes, que eram acima de tudo, singularmente livres, que tinham seus amores, suas preferências e olhares sobre todas as coisas.

A experiência da escravização, da discriminação pelo fenótipo negro, perpassa todo e qualquer discurso que se quer negro, e se configura como produto de um lugar de fala específico e direcionado, em princípio a um grupo singular em suas dores, angústias e formas de resistência, em seus modos de refutar a discriminação, na busca de aceitação.

Um dos aspectos mais graves e cruéis desta situação, é que os excluídos se aliam aos excludentes, tornando também instrumento de exclusão a outra parte da sociedade que, ao mesmo tempo em que é excluída, também exclui, criando-se um ciclo que vai estar sempre se reproduzindo nas camadas sociais, muitas vezes, de modo até inconsciente,

fazendo-se o jogo da elite e traduzindo em atos os mecanismos de exclusão utilizados e desejados por esta.

Ele vivia dizendo para quem quisesse ouvir que era filho de mãe portuguesa e pai inglês, mas a mãe era uma pobre coitada, uma preta forra que ele fazia de tudo para manter escondida. Dizia-se órfão e tratava muito mal a mulher, quando, morta de saudade, ela resolvia aparecer para dar uma olhada no filho e nos netos. Para disfarçar, ele dizia que era uma velha ama-de-leite por quem tinha muita consideração, mas todos na casa sabiam a verdade. Por sorte, ele tinha nascido mulato claro e inteligente, e usava de mil artimanhas para parecer mais claro ainda. Dormia com o cabelo untado de babosa e preso com touca, e toda manhã passava horas no toucador, disfarçando as origens africanas. Eu me lembrava daquela história e achava que o Banjokô, quando crescesse, poderia fazer o mesmo comigo, caso fosse viver com a sinhá. E quem poderia recriminá-lo por querer uma vida melhor? Não uma mãe, mesmo tendo que passar por humilhações. (GONÇALVES, 2006, p. 338-339).

O que se busca, realmente, não é apenas aceitação, não é a “permissão” do outro, para que se possa viver bem ou mal, e tampouco é a opressão. A busca é por respeito, pela (re)construção de uma história que demonstre que o negro foi também protagonista nas lutas e vitórias, pedra angular na formação dessa grande nação.

Chega de sermos manipulados, enganados, desrespeitados, dominados, pelo medo, pelas incertezas e pelo poder. Os negros e os afrodescendentes tendem a manter-se à margem desse poder, da dignidade, do conhecimento e da educação, acreditando, de tanto verem em livros, na televisão, na escola, na universidade e na política, que existe apenas um ser padrão, o branco nos espaços de poder.

Está ai diante de nossos olhos, nas estatísticas, diariamente na capa de jornais e revistas, o negro humilhado, vítima da polícia, O cenário é dantesco. Buscamos modelos de representação, se não na História, na ficção, negros e negras que enfrentaram seus medos para reverter essa situação.

Pessoas que não esperarão mais dois mil anos para que Deus ouça seus gritos, pois o momento presente é o tempo no qual devemos fazer essa nova revolução.

Ana Maria Gonçalves possibilita aos brasileiros, excluídos, esquecidos, silenciados, não só a oportunidade de conhecer, discutir e transformar essa história. Reescrevê-la, talvez, como ela mesma o faz ao empoderar Kehinde, dar-lhe vez e voz de mulher, de negra, de escravizada, de mãe, de empresária e de revolucionária. Ela conta-nos outra

história, que traz à tona memórias, não de um passado de glória, mas de uma época de luta e resistência, A autora nos convida a aceitar o desafio, como ela mesma o fez, de modo a alterar o presente por inúmeras formas de revelar a história.

A autora mergulha em dramas históricos, reais, que em nada desqualificam sua obra ficcional. Ao contrário, esses fatos nos permitem o exercício da alteridade, mediante a construção de uma poética comprometida não com o hegemônico, dono de etnia, sexo e origem pré-estabelecidos, e que outorga para si mesmo o caráter de universal, mas um compromisso profundo, “simplesmente” com o humano; um humano que pode errar e acertar, independente da cor de sua pele; que luta, conquista, vive e busca motivações para superar as dificuldades e a discriminação.

Antonio Candido afirma ser a literatura um direito humano. Há obras que realmente merecem figurar no rol dos direitos humanos, Textos que nos dão dignidade, que nos permitem encontrar respostas e propostas, que fogem ao pré-estabelecido; que abandona o trem da história e apropria-se do navio das memórias:

É como se tomássemos um trem numa determinada estação. Este trem que carrega a cultura está vindo de muitas e muitas estações, já transportou milhões e milhões de pessoas entre as várias estações. São (e / ou) foram pessoas que realizaram juntas um número incontável de ações, as quais se manifestam numa pluralidade de significações que as palavras registraram em discursos. (BACCEGA, 2000 p. 30-31).

Troquemos o trem pelo navio, um navio que atravessando o Atlântico, vem trazendo culturas de diversas etnias, milhões e milhões de pessoas, arrancadas de seus lares, do convívio com suas famílias, da sua geografia e da sua história, sem direito a dizer não, animalizadas e coisificadas.

São conduzidas por um discurso de continuidade, poder e hegemonia que atravessa séculos e é causa de inúmeros absurdos em nome da manutenção de privilégios. Estes culminaram na produção e na reprodução de estruturas discriminatórias que se põem, como acontece sempre, a serviço de uma elite historicamente determinada.

O afrodescendente, ao nascer, já encontra uma história em curso, a história dos vencedores, o discurso de mão única, discurso histórico, social ou literário. Ele almeja tão somente dar significado à vida, ao mundo, à história, que insiste em nos representar tais como, nessa perspectiva, gostariam que nós fôssemos, não como queríamos ser.



E é chegada a hora de se acertar o passo da história e alterar essa realidade insustentável e injusta com o tempo, os espaços e as pessoas do passado e de hoje. Gonçalves atenta muito bem para as consequências a que estão sujeitas as pessoas que portam *um defeito de cor*:

Ao retomar no final um de seus temas centrais, o romance novamente refuta o pensamento ocidental que, ao longo dos séculos, excluiu a África e os africanos da civilização. Enquanto estratégia de aculturação e submetimento, o “defeito de cor” rendeu frutos perversos ao longo do empreendimento colonial já por demais conhecidos e ainda hoje presentes. Dentre eles, o mais grave talvez tenha sido o silenciamento da história e o rebaixamento de tais povos enquanto sujeitos culturais. Ao fazer o resgate de um passado verossímil o bastante para evidenciar a resistência dos escravos e o êxito dos retornados, uma vez livres das correntes e pelourinhos, o romance de Ana Maria Gonçalves se insere na vertente afro da prosa de ficção brasileira. E isto não apenas em função da matéria trabalhada, ou da linguagem sempre voltada a recusar os signos do preconceito. *Um defeito de cor* ultrapassa a condição de texto única e simplesmente brasileiro também por se dirigir ao leitor afrodescendente dos dias de hoje trazendo a seus olhos e ouvidos uma história de superação vinda dos antepassados, a partir de uma perspectiva identificada com a visão de mundo e com os valores do Atlântico Negro. (DUARTE, 2009, p. 13-14).

Por tudo isso e pelo muito que deixamos de abordar aqui, o Brasil e os brasileiros necessitam enfrentar o desafio que representa a criação de estratégias que possibilitem a reparação e a reescritura de uma história que diga respeito a toda a população brasileira afrodescendente ou não.

Na busca de superação das desigualdades e de edificação de novos modos de nos conhecer, apresenta-se também a literatura, que pode apoiar a manutenção do *status quo*, simplesmente reproduzindo preconceitos e estereótipos advindos da cultura hegemônica. Para tanto, pode recorrer a um discurso que é institucionalizado, que está indiscutivelmente associado às estruturas de poder.

A literatura pode funcionar como uma aliada indispensável, à medida que funciona como veículo de denúncia, contribuindo para mudanças significativas das condições sociais, desde que o faça como questionadora de si mesma e da sociedade, sendo capaz, de cumprir, assim, com eficiência seu papel social: de figurar efetivamente como direito humano, como elemento desalienante de uma nação multifacetada e multirracial.

Luiz Gama ou Omuntunde, Kehinde ou Luíza Mahin, mito ou realidade, história ou ficção, tanto em um quanto na outra, deixaram rastros que possibilitam entrever que é possível (re)escrever a história, a partir de novas bases, apresentando novos e negros pilares de sustentação.

## REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. Ade. (Org). **História Geral da África**. Vol. VI - África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: História e literatura**. Ática, 2000.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. O personagem negro na literatura brasileira. In: ABRAMOWICZ Anete, BARBOSA Lúcia Maria de Assunção; SILVÉRIO Valter Roberto. (Org.). **Educação como prática da diferença**. 1. ed. Vol. 1, Campinas: Autores Associados, 2006.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: \_Walter Benjamin. Tradução Flávio R. Kothe (Org). São Paulo: Ática, 1985.

BERND, Zilé. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves **Estudos de literatura brasileira** contemporânea, n. 40, p. 29-42, jul./dez. 2012.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. A poesia satírica de Luis Gama. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade. V. 49, n. 1/4, jan/dez.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura Brasileira**. Tradução Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BRUNO, Ana Luiza Pereira. **A representação da mulher negra em Machado de Assis Leituras de Mariana e Sabina**. Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2012. Dissertação (mestrado em Literatura).

CAMARGO, Oswaldo de (Org.). **A razão da chama: antologia de poetas negros brasileiros**. São Paulo: GRD, 1986.

\_\_\_\_\_. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1987.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciência e Cultura. 1972.

\_\_\_\_\_. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 53- 80. (Debates)

\_\_\_\_\_. Direitos humanos e literatura. In: FESTER, A. C. Ribeiro *et al.* **Direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVALLEIRO, E. S. Introdução. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 9 ed. Tradução Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

CORTÊS, Cristiane Felipe Ribeiro de Araújo. **Viver na fronteira: a consciência da intelectual diaspórica em Um defeito de cor**, de Ana Maria Gonçalves. UFMG, 2010. Dissertação (mestrado em Literatura).

DALCASTGNÊ, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**. São Paulo: Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. O personagem do romance contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço da dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília 1996.

\_\_\_\_\_. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, dezembro de 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. O *Bildungsroman* afrobrasileiro de Conceição Evaristo. **Revista de estudos femininos**. Vol. 14, nº 1. Florianópolis, jan/abril. 2006.

\_\_\_\_\_. Na cartografia do romance afro-brasileiro, *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. In: TORNQUIST, C. S. *et al.* (Orgs.). **Leituras da resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2009, p. 325-348.

\_\_\_\_\_. **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica, volumes 1 e 4, Ed. UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. Vozes quilombolas: Literatura Afro-brasileira. In GARCIA, Januário (Org.). **25 anos do Movimento Negro**. Brasília: Fundação Palmares, 2006.

FELSKI, Rita. **Literature after feminism**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FERREIRA, Ligia Fonseca. “Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça”, in: Teresa. Revista de Literatura Brasileira da USP [n. 8/9], São Paulo, p. 300-321.

FIGUEIREDO, Vera Follain de. **Da profecia ao labirinto**: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea. Rio de Janeiro: Imago/ Ed. UERJ, 1994.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 5 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução Cid K. Moreira. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2002.

GLISSANT, Edouard, **Introduction à une poétique du divers**. Paris: Gallimand, 1996.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Joaquim Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luiza Mahin**: uma rainha africana no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GURAN, Milton. **Agudás**: os brasileiros do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNANDEZ, Juanita de. ANELLO, Eloy. **Conceptos de aprendizaje y desarrollo**. La Paz, Universidad Nuir/ISER, 1993.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo** . Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO Mario (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África**. Vol. I, Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros passos, 1981.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. O feminismo como agente de mudanças no campo literário brasileiro. STEVENS, Cristina. (Org.). **Mulheres e literatura -25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LIMA, Luiz Costa, **Estruturalismo e Teoria da Literatura**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LIMA, Omar da Silva. **O comprometimento etnográfico afrodescendente das escritoras negras Conceição Evaristo & Geni Guimarães**. 2009. 172 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília.

LOBO, Luiza. A Pioneira Maranhense Maria Firmina dos Reis. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, RJ, nº 16, p. 91, 1989.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico- filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução, posfácio e notas José Marcos Mariane Macedo. São Paulo: Duas cidades/ Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre el realismo**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965,

MARTINS Daniela Maria Barreto. A tessitura intersubjetiva dos entre-lugares: o que pode um grupo? **Realis. Revista de estudos utilitaristas e pos-coloniais**. Vol.1, n 1, jan./jun. 2011. Disponível em: [www.revista-realis.com.br](http://www.revista-realis.com.br). Acesso em: 20 de julho de 2014.

MARTINS, Leda. **Afrografias da memória: O reinado do Rosário no Jatobá**. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MENEZES, Frederico de Lucena. Migração: Uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, Jandira. (Org.). **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense 1981.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. Tradução Fernando Aquino Ferreira. Porto Alegre: Globo, 1980.

OSÓRIO, Rafael. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO Mario (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Família Lugar. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida; ALEIXO, Ricardo. **A roda do mundo**. Belo Horizonte: Mazza, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. (Org.). Sales Augusto dos Santos, Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PROENÇA FILHO **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Disponível em <http://www.scielo>. Acesso em: 10.09.2013.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Tradução Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Poderemos brincar, folgar e cantar. o protesto escravo na América. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, p. 107-123. 1983. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n14\\_p107.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p107.pdf). Acesso em: 15 de julho de 2014.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. Aspectos dos romances históricos tradicional e pós-moderno. **Scientia FAER**, São Paulo: Olímpia, ano 1, volume 1, 2º Semestre, 2009.

RODRIGUES, José Onório. A rebeldia negra e a abolição In:**Afro-Àsia**, nº 6, 1968.

RUSHDIE, Salmon. In HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio Janeiro: Imago, 1991.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, São Paulo, v.13, n. Esp., p. 7-32, jan. 2000.

SCHMIDT, Rita. **Cânone/contra-cânone** nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro. O discurso crítico na América latina. In CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). Porto Alegre: IEL/ED. Ed. Unisinos, 1996.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **A magia das letras africanas**: ensaios sobre as literaturas de Angola e Moçambique e outros diálogos. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Amauri Rodrigues. **Presença e silêncio, da colônia à pós-modernidade**: sin-ais do personagem negro na literatura brasileira. Brasília: Ícone, 2010.

SILVA, Dilma de Melo; CALAÇA, Maria Cecília Felix. **Arte africana e afro-brasileira**. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Memorial para o concurso de professora titular de ensino-aprendizagem**: relações étnico-raciais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SILVÉRIO, Valter. Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas. In SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília, MEC/SECAD, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a representação da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2001.



WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed. EDUC, 2000.

## APÊNDICE — Sobre Luís Gama

Luís Gama acredita ser o suposto filho perdido de Luiza Mahin, negra revolucionária participante da revolta dos Malês, filho vendido quando criança pelo pai para saldar dívidas de jogos.

A carta abaixo é um dos poucos documentos existentes que comprovaria a existência de Luiza Mahin, vista por muitos historiadores como apenas um mito criado por um negro que precisava de referenciais para seguir em frente. Mito utilizado por Ana Maria Gonçalves para construir a personagem protagonista deste romance e que ela denominou de Kehinde.

Trata-se de um documento importante para se ter uma ideia do lado de dentro do que foi a escravidão africana. Dentre todos os tocantes episódios desta trajetória humana e trágica, a ligação do autor com sua mãe é dos mais doloridos. Ressalta-se a identificação dos ideais libertários entre o autor da carta e a personagem do romance **Um defeito de cor**, que acabamos de, parcialmente, analisar. Impressiona, sobretudo, a identidade de atitude contestatória de ambos, o mesmo gênio de apego à vida, a mesma ânsia de liberdade, de ir em frente apesar das adversidades. Estabelece-se aqui um diálogo entre a história (a carta de Luiz Gama como documento) e a literatura (o texto literário intitulado **Um defeito de cor**, de Ana Maria Gonçalves), onde coincidem fatos, sentimentos e episódios de tal maneira que se poderia, nesse caso, usar o ditado italiano que cai como uma luva: “*Se non è vero, è ben trovato*” - Se não é verdade, é bem contado.

## ANEXO A – Carta de Luís Gama a Lúcio de Mendonça<sup>2</sup>

São Paulo, 25 de julho de 1880

Meu caro Lúcio

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito. Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátuo, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes e que sempre eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado na rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, por às 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de nação), de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. *Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.* (Grifos nossos).

---

<sup>2</sup> De acordo com a pesquisadora Lígia Fonseca Ferreira, a relação entre Luiz Gama e Mauro de Mendonça Filho, ia além da amizade: *Apesar da diferença de idade que os separava por quase uma geração, afinidades políticas e intelectuais nutrem a amizade e projetos comuns. Fervorosos republicanos, participaram juntos da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) do qual Luiz Gama se desligaria praticamente no ato de sua criação, em 1873. Aos 26 anos, o também poeta, jornalista e advogado Lúcio de Mendonça, um dos futuros idealizadores da Academia Brasileira de Letras, gozava de forte prestígio nos meios políticos e intelectuais de São Paulo, Rio e Minas Gerais. Aos 50 anos, Luiz Gama representava uma liderança incontestável nas campanhas abolicionista e republicana de São Paulo, cujos contornos ajudara a definir.*

Dava-se ao comércio - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como *suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos*, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que conheciam-na e que deram-me sinais certos, que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma "casa de dar fortuna" em 1838, *fora posta em prisão*; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses "amotinados" fossem mandados *por fora pelo governo*, que nesse tempo tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que nesta carta envio-te. (Grifos nossos).

Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico, e nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luís Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao longo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Remetido para o Rio de Janeiro, nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português, de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspeto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão, tinha um filho aperaltado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da

filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa.

Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias. Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas, sentidas de me verem partir. Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires. Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena, nesta Província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com a idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio.

Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta Província. Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda viagem de Santos até Campinas. Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas; e, por todos repellido, como se repelem cousas ruins, pelo simples fato de ser eu "baiano". Valeu-me a pecha! O último recusante foi a venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Souza Aranha, pai do exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

“- Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; diz-me: onde nasceste?

- Na Bahia, respondi eu.

- Baiano? - exclamou admirado o excelente velho. - Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno".

Repellido como "refugo", com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do Sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio n. 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia. Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar. Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do Sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi-Guaçu, onde é fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras.

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma cousa, *e tendo obtido arditosamente e secretamente provas inconcussas de minha liberdade*, retirei-me, fugindo, da casa do

alferes Antônio Pereira Cardoso, que, aliás, votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho, por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se. Estive, então, preso 39 dias, de 1º. de junho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e, às noites, sofria de insônias; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de *minha querida mãe*. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e, em sonho vi que a levaram presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim. Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez. Era solitário e silencioso e longo e lóbrego o corredor da prisão, mal alumado pela luz amarelenta de enfumarada lanterna. Voltei para minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi. (Grifos nossos).

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão major Benedito Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. Sr. Conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho.

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que "por turbulento e sedicioso" fui demitido a "bem do serviço público", pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário de polícia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da Corte. A turbulência consistia em fazer parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e *promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas*; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, *porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis*. (Grifos nossos).

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui soldado. Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos. E redigi alguns. Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no "Ipiranga" à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu, como simples aprendiz-compositor, de *onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime.* (Grifos nossos).

Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.

Teu Luís.

Luís Gama

Retirado de In: *Novos Estudos*, n. 25. São Paulo, CEBRAP, outubro de 1989. Acesso em:

10.10.2013.

**ANEXO B — Foto: Milton Guran — Casas baianas em África**



Uma das marcas da influência dos descendentes de brasileiros na arquitetura do Benin é a mesquita de Porto Novo. A construção acima é um típico exemplar da arquitetura colonial brasileira.  
Foto: Milton Guran



### ANEXO C — Sobrados coloniais em Porto Novo



Em Porto Novo, também podem-se encontrar ainda sobrados coloniais construídos há mais de 100 anos e que abrigam famílias de agudás.

## ANEXO D – Mapa da África Ocidental na atualidade



A Costa Africana que enviava os negros escravizados para o Brasil e recebia os retornados correspondia à Nigéria, ao Togo, ao Benin e à Gana. O reino de Daomé, em Uidá, onde Kehinde passou grande parte da sua vida corresponde ao Benin. Já Lagos, onde a protagonista viveu com o marido John, corresponde à Nigéria.

ANEXO E — *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves  
A autora e obra.

